

UNISALESIANO

Centro Universitário Católico Salesiano Auxilium

Curso de Pós-Graduação “Lato Sensu” em Metodologia do Ensino Superior

Washington Lair Urbano Alves

A HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO NO BRASIL: da
Descoberta à Lei de Diretrizes e Bases de 1996

Lins – SP

2009

WASHINGTON LAIR URBANO ALVES

A HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO NO BRASIL: da Descoberta à Lei de Diretrizes e Bases
de 1996

Monografia apresentada à Banca Examinadora do Centro Universitário Católico Salesiano Auxilium, como requisito parcial para obtenção do título de especialista em Metodologia do Ensino Superior sob a orientação das Professoras Fátima Eliana Frigatto Bozzo e Heloisa Helena Rovey da Silva.

Lins - SP

2009

Alves, Washington Lair Urbano

A482h A história da educação no Brasil: da descoberta à lei de Diretrizes e Bases de 1996 / Washington Lair Urbano Alves – Lins, 2008.

76p. il. 31cm.

Monografia apresentada ao Centro Universitário Católico Salesiano *Auxilium* – UNISALESIANO, Lins, SP para Pós-Graduação “Lato Sensu” em Metodologia do Ensino Superior, 2009

Orientadores: Fátima Eliana Frigatto Bozzo; Heloisa Helena Rovey da Silva

1.Educação. 2. Diretrizes. 3. História. I Título

CDU 37

WASHINGTON LAIR URBANO ALVES

A HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO NO BRASIL: da Descoberta à Lei de Diretrizes e Bases
de 1996

Monografia apresentada ao Centro Universitário Católico Salesiano Auxilium, para
obtenção do título de Especialista em Metodologia do Ensino Superior.

Aprovada em: ____/____/____

Banca Examinadora:

Prof^a. Fátima Eliana Frigatto Bozzo

Mestre em Educação pela Universidade Sagrado Coração de Bauru

Prof^a. M. Sc.. Heloisa Helena Rovey da Silva

Mestre em Administração pela CNEC/FACECA – MG

Lins – SP

2009

AGRADECIMENTOS

Agradeço a todos os amigos e companheiros que partilham comigo a vida, os projetos e a fé. Agradeço a professora Fátima Eliana Frigatto Bozzo que, clara e objetivamente me acompanhou na elaboração deste trabalho. De forma especial agradeço a professora Neyde Cruz de Lima que, carinhosamente me ajudou com boas sugestões e na correção do mesmo. Que o bom Deus os recompense.

RESUMO

O presente trabalho é uma pesquisa bibliográfica da História da Educação no Brasil, da descoberta à Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional de 1996. Os portugueses aportam em 1500 com a meta de explorar a nova Terra. A partir de 1530, percebendo o interesse de outras nações iniciam o processo de ocupação através das Capitânicas Hereditárias. Para esse novo projeto trazem religiosos com o objetivo de converter os selvagens, como chamavam os nativos, e, imprimir neles o selo cristão através do batismo. Mas o projeto fracassou! O governo imperial pensa em um novo, agora com objetivo de colonização e, cria o cargo de Governador Geral. Na primeira comitiva, junto com o governador, veio o primeiro grupo de jesuítas que iniciaram seus trabalhos fundando escolas, colégios, missões e paróquias, mas, foi a catequese dos nativos que se destacou. Foram praticamente os responsáveis pela educação no Brasil por duzentos e dez anos, até sua expulsão em 1759. Com a expulsão dos jesuítas o processo educacional entrou em derrocada, e durante muitos anos novos projetos foram apresentados, mas, sem êxito. A situação só mudou um pouco com a chegada da Família Real. Foram empreendidos esforços para criar condições em atender as necessidades de educação e cultura da família real e sua corte, transferida à força para a Colônia. Quando retornaram, alguns anos mais tarde para Portugal, percebeu-se que o saldo foi insuficiente. No período da monarquia não foi diferente do período anterior. Os nove anos de governo de D. Pedro I, foram infrutíferos. O longo reinado de D. Pedro II, também passou, sem grandes novidades, mesmo sendo considerado homem de grande cultura. A monarquia é substituída pela República, que no decorrer do tempo, em vários momentos, empreendeu esforços, através de projetos, mas, que não resolveram os desafios da educação. Passados diversos governos, cada qual com seus projetos, mas, de modo geral, sempre esbarraram com outros problemas, especialmente políticos. Nesses quase quinhentos anos foram oito constituições e entre uma e outra surgiu Ato Adicional, Ato Institucional e Emenda Constitucional; uma infinidade de Decretos e Leis. Muito se falou em educação, porém, pouco foi feito. No âmbito educacional destacam-se: a Lei de Diretrizes e Bases da Educação de 1961; a reforma no ensino superior em 1967; a reforma do ensino de 1º. e 2º. Graus em 1971. Por fim em 1996 é promulgada a nova LDB, que começou a ser desenhada a partir da Constituição de 1988. Esta LDB trás em seu bojo novos ares para enfrentar os desafios do sistema educacional brasileiro. Todavia, a partir de sua aplicação percebe-se que, assim como tudo que foi feito, desde a descoberta até o momento, ela carece de uma melhor modelação.

Palavras-chave: Educação. Diretrizes. História.

ABSTRACT

This work was a bibliographical research of the History of Education in Brazil, from the discovery to the Guidelines Law and Bases of National Education in 1996. The Portuguese entered a port in 1500 with the goal of exploring the new land. From 1530 on, realizing the interest of other nations they begin the process of occupation through the Hereditary Captaincies. They did bring religious missionaries with the goal of to convert the savages, as the natives called, into Christians through baptism. But the project has failed! The imperial government started to think in a new way, now with the objective of colonization, and established the office of General Governor. In the first group, with the governor, was the first group of Jesuits who began their work founding schools, colleges, parishes and missions, but it was the teaching of the natives what stood up. They were practically the responsables for education in Brazil for two hundreds and ten years, until their ouster in 1759. The expulsion of the Jesuits started the process of the educational collapse, and for many years, new projects were presented, but with out success. The situation has changed only slightly with the arrival of the Royal Family. Efforts were made to create conditions to meet the needs of education and culture of the Royal Family and its court, who were transferred from Portugal to Cologne not voluntarily. When returned, to Portugal, some years later, they realized that the balance of the present situation was insufficient. The monarchy period was not different from the previous period. The nine year of government of D. Pedro I, were unsuccessful. The long reign of Pedro II, passed without major changes too, even being considered a man of big culture. The monarchy was replaced the Republic, which over time, at several points, has made efforts, through projects, but that didn't resolve the challenges of education. Several governments were passed, each one with their own projects, but in general, always met with other problems, specially political. In almost five hundreds years, were eight Constitutions and between one and another the education program had an Additional Act, Institutional and Constitutional Amendment Act, many decrees and laws. Many things has been said about education, however, little has been done. In the field of education are: the Law on Basic Education and Guidelines of 1961, the reform of the higher education in 1967, the reforming of the teaching of First and Second Degrees in 1971. Finally in 1996, was promulgated the new LDB, which began to be drawn in the Constitution of 1988. This LDB brings in its contents new measures to meet the challenges of the Brazilian educational system. However, from its application on, realizes that, as well as everything that was done, since the discovery until the present day, it needs a better modeling.

Keywords: Education. Guidelines. History.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ANDE - Associação Nacional de Educação
ANDES - Associação Nacional dos Docentes de Superior
CNTE - Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação
CUT - Central Única dos Trabalhadores
ENC - Exame Nacional de Cursos
ENEM - Exame Nacional do Ensino Médio
FHC - Fernando Henrique Cardoso
FUNDEF - Fundo Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério
INEP - Instituto de Estudos Pedagógicos
LDB - Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
MCP - Movimento de Cultura Popular
MEC - Ministério da Educação e Cultura
MOBRAL - Movimento Brasileiro de Alfabetização
PAUIB - Programa de Avaliação Institucional
PCNs - Parâmetros Curriculares Nacionais
PT - Partidos dos Trabalhadores
PTB - Partido Trabalhista Brasileiro
SAEB - Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica
SENAC - Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial
SENAI - Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial
UNE - União Nacional dos Estudantes

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	09
CAPÍTULO I – A EDUCAÇÃO DO BRASIL COLÔNIA.....	12
1 A EDUCAÇÃO NO BRASIL DE 1500 A 1822	
CAPÍTULO II – A EDUCAÇÃO NO BRASIL MONÁRQUICO.....	40
2 A EDUCAÇÃO NO BRASIL DE 1822 A 1889	
CAPÍTULO III – A EDUCAÇÃO NO BRASIL REPÚBLICA.....	50
3 A EDUCAÇÃO NO BRASIL DE 1898 A LDB DE 1996	
CONCLUSÃO.....	81
REFERÊNCIAS.....	85
ANEXOS.....	89

INTRODUÇÃO

“Educar é reinventar o mundo”.

Paulo Freire

Como repensar o processo educacional hoje? Com essa, muitas perguntas e questionamentos têm pairado sobre o cenário educacional no Brasil, especialmente por aqueles que pensam e trabalham nessa área.

Para Olavo Bilac “a escola é o primeiro reduto da defesa nacional: a menor falha do ensino, e o menor descuido do professor podem comprometer sem remédio a segurança do destino do país”. (BILAC apud BITTENCOURT et al. 1996, p. 49)

Quando se fala do processo educacional do Brasil, da descoberta à LDB/96, abre-se um espaço para grandes questionamentos, pois no decorrer desses quase 500 anos de história, o ensino passou por vários momentos os quais, procurou-se descrever de forma bibliográfica nessa monografia de conclusão do Curso de Especialização Lato Sensu de Metodologia do Ensino Superior.

Não é intenção esgotar o tema, pois seria muita pretensão, e também pelo fato de ser muito amplo e complexo, mas, procurou-se descrever de forma sucinta o que foi considerado mais relevante para posteriores pesquisas, uma vez que se pretende dar continuidade à pesquisa.

Para tanto foi pesquisado, por meio de revisão bibliográfica, o tema, buscando autores de renome no cenário nacional que abordam sobre o mesmo.

Para finalizar, diante do exposto apresenta-se a organização do trabalho, dividido em três capítulos:

O primeiro aborda a educação no Brasil Colônia, onde se destaca a educação sob o patrocínio dos jesuítas que, durante duzentos e dez anos atuando de forma extraordinária junto aos nativos nas reduções, mas também foi marcante sua participação nas escolas, colégios e paróquias nas cidades, vilas e povoados. Mas, o processo educativo jesuítico foi brutalmente interrompido quando foram expulsos de Portugal e suas colônias por determinação de Dom José I, por insistência do Marquês de Pombal.

Percebe-se um grande descompasso nessa transição, pois enquanto a Companhia tinha por objetivo servir os interesses da fé, o Marquês de Pombal pensava em organizar a escola para servir os interesses do Estado.

O segundo capítulo aborda a educação no tempo da monarquia. Este é um período onde a educação ainda vai sentir os reflexos da expulsão dos Jesuítas e passará pelo que os críticos costumam chamar de estagnação do ensino. Dom Pedro I governa por anos, mas não apresenta novidades. Houve até uma tentativa na constituinte de 1823, segundo Niskier (1969) em função da proclamação da independência, incrementar o sistema de ensino, através do artigo 250 que determinava a criação de escolas primárias em cada vila, ginásios em cada comarca e universidades em determinados locais, mas isso só ficou na teoria, pois o imperador dissolveu a constituinte e no ano seguinte outorgou a primeira Constituição do Império e no seu artigo 179 dizia: “a instrução primária é gratuita a todos os cidadãos”. Em 1827, promulga a Lei Geral que será a primeira e única para o ensino público elementar até 1946.

D. Pedro II, mesmo sendo considerado muito culto governa durante 49 anos, mas seus projetos no setor educacional foram tímidos e sem relevância.

O terceiro capítulo apresenta as várias faces da República desde 1889 quando é proclamada, relatando de forma sucinta o que foi feito em nível de educação com seus acertos e erros. Passando pela Primeira República, nada de novo apareceu na educação, pois foi um período onde a chamada política do café com leite ocupou todos os espaços, ficando a educação à margem.

Em 1930 Getúlio Vargas assume o poder e permanece por quinze anos, sendo que em 1934 outorga a terceira Constituição brasileira, e apenas três anos mais tarde, por meio de um golpe, instala o Estado Novo e outorga a quarta Constituição. Com a deposição de Vargas, tem início em 1946 a Segunda República que se estende até o golpe militar em 1964. Registra-se no período a promulgação da quinta Constituição do Brasil, e atendendo o que ficou acordado na Constituição, têm início em 1948 os trabalhos da LDB, que se concretiza treze anos mais tarde.

Com o golpe militar de 64, tem início um dos momentos nas cruciais de nossa história, onde os militares, através de perseguições, prisões, torturas, mortes, exílios e todo tipo de coação, imprimi no Brasil suas sangrentas marcas. É um momento de total vedação da liberdade e da expressão. Nesse

contexto o setor da educação sofre terríveis controles, estando particularmente, as universidades como alvos permanentes, bem como todos os grupos e movimentos de orientação popular. Nesse período temos a edição de sexta constituição brasileira em 1967. Neste mesmo ano é criado o Movimento Brasileiro de Alfabetização - MOBRAL para substituir o Método Paulo Freire.

No início do regime militar não havia, por parte dos civis, consciência da gravidade dos problemas, pois o endurecimento só começou a ser visível realmente a partir de 13 de dezembro de 1968, com o decreto do Ato Institucional, ou AI 5 como ficou conhecido. É a mais violenta das medidas do governo militar, onde decididamente reprimem, perseguem, exilam e matam sem constrangimentos. A partir daí cresce em quase todos os setores da sociedade uma grande descrença nesse modelo ditatorial.

Ainda no bojo desses acontecimentos foi feita a reforma universitária pela Lei 5.540 e, novamente no ano seguinte ao Ato Institucional editam uma Emenda Constitucional que na área da educação mantém a gratuidade e obrigatoriedade do ensino para crianças e jovens entre 7 a 14 anos nos estabelecimentos oficiais, mas, abre a possibilidade de cobrar o ensino médio. Dois anos mais tarde, foi promulgada a Lei 5.692 que fixa as diretrizes para o ensino de 1º. e 2º. Graus.

Em 1988, foi promulgada a oitava Constituição, e a partir dela, tem início os trabalhos para uma nova LDB, fixada oito anos mais tarde pela Lei 4.024, onde conclue-se a monografia.

Diante de tudo o que foi exposto fica um questionamento: Quais as reais perdas e ganhos nesses quase quinhentos anos de história da educação no Brasil?

CAPÍTULO I

A EDUCAÇÃO NO BRASIL COLÔNIA

1 A EDUCAÇÃO NO BRASIL DE 1500 A 1822

Somente após trinta anos do chamado descobrimento do Brasil, embora sem muita preocupação por parte do governo imperial de Portugal, teve início a colonização da Terra de Santa Cruz. O pensamento do governo em relação à nova terra é de exploração, num primeiro momento, deixando bem claro que a função da nova Colônia era propiciar lucros para a Metrópole, por isso até 1530 não esboçou nenhum projeto de ocupação.

O começo da colonização foi marcado por inúmeras dificuldades, entre elas o fracasso das capitanias hereditárias. A nova forma encontrada por sua majestade, o rei de Portugal foi a criação do Governo Geral. O Governador Geral seria o primeiro representante do poder político da metrópole na colônia e, era sua obrigação apoiar e defender as capitanias a fim de resgatar o objetivo da criação das mesmas e, tornar viável o processo de colonização. Porém, essa idéia não vingou.

Segundo Ribeiro (2000), alguns fatores levaram o governo português a mudar sua posição em relação à Colônia e, implementar a colonização como o fracasso das capitanias hereditárias; a escassez do pau brasil na região costeira; a não submissão dos nativos ao trabalho escravo; as dificuldades em encontrar ouro e pedras preciosas e os sérios riscos de perder o território para a França.

Frente a essa situação a Coroa foi forçada a empreender esforços para que a colonização fosse de povoamento. Começando o cultivo da cana de açúcar em imensos latifúndios, em grande escala de produção e, utilizando a mão-de-obra escrava, tudo isso, única e exclusivamente visando atender o mercado externo.

Para o bom êxito da colonização era necessária e urgente a conversão dos selvagens à fé cristã, pois não aceitavam trabalhar nas lavouras e nem em outras frentes e, com frequência atacavam povoados. A catequese e a instrução foram os meios encontrados de controlar as investidas dos indígenas

e, ao mesmo tempo, criar condições para o avanço no processo de colonização criando dessa forma muitas dificuldades para o avanço do processo de colonização.

Essas dificuldades podem ser constatadas em um dos itens do Regimento de 1548, que apresentava a política de D. João III, para a colônia. Esse Regimento era do Governador Geral Tomé de Sousa, de 17 de dezembro de 1548, e foi durante mais de cem anos, segundo Paiva (1982, p. 34) “a Carta Magna” que regeu a política da nova colônia portuguesa.

Em nível educacional muito pouco foi feito em quase meio século nos poucos núcleos de povoação espalhados na Colônia. Os colonos eram deixados à margem de tudo e por isso viviam em total ignorância.

Os indígenas, por sua vez, assustados com a presença do branco, viviam em constantes guerras entre si e, com os invasores. Tinham sua forma peculiar de viver, mas, totalmente desconhecida pelos brancos que os consideravam ignorantes e selvagens.

Para reverter essa situação a melhor forma seria aculturar os indígenas ao moldes da civilização ocidental cristã com valores espirituais e morais. Assim, a colonização alcançaria sucesso.

Para esse trabalho a coroa contou, especialmente com a presença e o apoio da Companhia de Jesus, Ordem religiosa fundada na França há pouco tempo e, que tinha como ideal difundir a fé católica no novo mundo, em resposta à ameaça protestante que se alastrava na Europa.

A Companhia de Jesus é uma Ordem Religiosa, especialmente fundada para frear o crescimento do protestantismo e reparar os estragos ocasionados pela Reforma. O fundador foi Iñigo López de Oñaz y Loyola, que ficou conhecido por Inácio de Loyola; nascido em Azpeita, região Basca do norte da Espanha em 1491. Era um nobre fidalgo que em 1517 entra no exército e, a 5 de maio de 1521 foi ferido no cerco de Pamplona em batalha contra os franceses. Durante o tempo em que esteve convalescente no hospital teve a oportunidade de ler a vida de alguns santos, a partir daí converteu-se e tornou-se um destemido soldado de Deus e de sua Igreja.

Depois de curado das feridas, foi para o Monte Serrate e suspendeu aos pés da Virgem Maria, a sua espada de cavaleiro. Não muito longe dali recolheu-se na Gruta de Manreza e ali compôs a sua obra prima, um livro de

retiro, chamado Exercícios Espirituais, ainda hoje usados pelos membros da Ordem para retiros espirituais. Após o retiro, partiu para a Universidade de Paris, a fim de completar sua formação religiosa. Foi lá que lançou os alicerces da sua Ordem, em 1534, na Capela de Montmartre.

A 27 de setembro de 1540, o papa Paulo III abençoou a nova Ordem Religiosa pela Bula *Regimini Militantes Ecclesiae*. Em 1554 foram aprovadas suas Constituições, escrita por Inácio de Loyola, reconhecida solenemente, durante o Concílio de Trento, 1545 a 1563.

Os membros desta Ordem são ligados entre si pelos três votos religiosos: pobreza, castidade e obediência, e por um quarto voto de obediência absoluta às Escrituras, ao Papa e seus superiores, esses, como guardiões da Doutrina da Igreja. Os religiosos devem ser, segundo seu fundador, *Perinde Ac Cadaver*, disciplinados como cadáver. Dizia Inácio com relação a sua obediência à Igreja: *Acredito que o branco que eu vejo é negro, se a hierarquia da Igreja assim o tiver determinado.* (COMPANHIA..., 2008)

O carisma inicial da nova Ordem era prestar acompanhamento hospitalar e missionário em Jerusalém ou outro local indicado pelo Papa, sem questionamento. (COMPANHIA..., 2008)

Com a expansão da mesma, assume a proposta de combater o erro, por meio de uma vasta e profunda erudição, e a propagação da verdadeira fé nos países católicos, protestantes e infiéis. A instrução e a educação dos jovens formam um dos seus fins principais. A Ordem tem como lema: *Ad Majorem Dei Gloriam*, ou seja, tudo para maior glória de Deus. (COMPANHIA..., 2008)

Em pouco tempo de fundada, a Companhia contava com um grande número de membros de países da Europa, especialmente da França, Espanha, Portugal.

Em 1549, quinze anos depois de sua fundação, seis jesuítas chegaram ao Brasil, tendo o Padre Manoel da Nóbrega como superior. Nóbrega havia entrado na Ordem em 21 de novembro de 1544. Com a autorização de D. João III, Rei de Portugal, aportam na Baía de Todos os Santos a 29 de março, meio século após a chegada dos portugueses. Vieram com o primeiro governador geral, Tomé de Sousa, atendendo a solicitação do governo imperial para catequizar os nativos da Província de Santa Cruz. Os demais jesuítas eram:

Padres Leonardo Nunes, Antônio Pires, João de Azpilcueta Navarro e os Irmãos Vicente Rodrigues e Diogo Jacomo. Os irmãos, mais tarde, foram ordenados padres (NISKIER, 1969)

Apenas quinze dias após a chegada, ergueram a primeira escola elementar brasileira, em Salvador, tendo como mestre o Irmão Vicente Rodrigues, contando apenas 21 anos. Ele tornou-se o primeiro professor nos moldes europeus e durante mais de 50 anos dedicou-se ao ensino e a propagação da fé religiosa. Estes podem, segundo Niskier (1969), serem considerados os primeiros educadores do Brasil.

Os Jesuítas desse primeiro grupo não conseguiram construir colégios, mas embrenharam-se sertão a dentro e em pouco tempo já falavam a língua do indígena. Merece destaque nesse grupo o Padre João de Azpilcueta Navarro, primo de São Francisco Xavier, o qual na mesma época evangelizava nas Índias Orientais. Da Bahia seguiram para o Sul com o objetivo de erguer conventos e escolas onde houvesse uma Igreja.

Para Peeters; Cooman (1969) o segundo grupo de jesuítas chegou ao Brasil em 1553, trazendo o mais conhecido e talvez o mais atuante, Padre José de Anchieta, nascido a 19 de março, em Tenerife nas Ilhas Canárias, no ano da fundação de sua Ordem, 1534. Entrou aos 17 anos na Companhia de Jesus. Um acidente durante seus estudos o deixou meio corcunda e sem esperança de recuperar a saúde. Pediu para vir à missão do Brasil, seus superiores aceitaram o pedido com esperança de que aqui pudesse, com ajuda do clima ameno, melhorar sua saúde. Anchieta já era um excelente poeta e grande latinista. Chega ainda noviço à Bahia com 20 anos de idade, na expedição de Duarte da Costa, segundo Governador Geral e do Padre Luiz da Grã, futuro provincial dos jesuítas. Inicia sua missão como carpinteiro, sapateiro e alfaiate. Poucos meses depois de sua chegada o Padre Manuel da Nóbrega, Provincial da Companhia, resolveu fundar um Colégio na Capitania de São Vicente e levou consigo o noviço. Pouco tempo depois os dois missionários decidiram transferir a Escola de São Vicente para o sertão de Piratininga e fundaram o primeiro colégio da Ordem no Brasil. Era o dia 25 de janeiro de 1554, e o local seria futuramente o marco zero da fundação da cidade de São Paulo.

Objetivando a conversão e conseqüente catequização dos nativos, o padre Nóbrega elaborou um plano de ação que, veio ser o primeiro projeto de

educação da Colônia para aqueles que se convertessem à fé católica, tendo as seguintes leis: proibir que comessem carne humana; impedir que fizessem guerra sem licença do governador; não permitir aos homens ter mais que uma mulher; que se vestissem, ao menos após batizados; proibir a presença de feiticeiros; fazê-los viver em paz entre si e com os cristãos; impedir o nomadismo, fixando-os na terra para facilitar a catequização e que suas terras fossem repartidas com a Companhia. (NISKIER, 1969)

José de Anchieta que acompanhou o padre Nobreza nessa missão tinha forte inclinação para o domínio de idiomas. Foi autor de vários catecismos, gramáticas e diversos autos para a catequização dos índios em tupi-guarani, língua mais falada na costa do Brasil. Tornou-se mestre-escola do Colégio de Piratininga. Na passagem por São Vicente escreveu, na areia, os famosos Poemas à Virgem Maria - *De beata virgine Dei mater Maria* (NISKIER, 1969). Esteve ainda no Rio de Janeiro e no Espírito Santo. Foi provincial da Companhia no Brasil de 1579 a 1586 e reitor do Colégio do Espírito Santo. Passou para a história com o título de Apóstolo do Brasil. Morreu em 9 de julho de 1597, em Reritiba, atual Anchieta no Espírito Santo.

Os jesuítas iniciaram seus trabalhos na Colônia pela pregação da fé católica e o trabalho educativo junto aos indígenas, mas logo perceberam que seria impossível converter os índios sem que soubessem ler, escrever, contar e falar o português (NISKIER, 1969). Perceberam ainda que, com os adultos teriam mais dificuldades, por isso adotaram um método de trabalho especialmente para ensinar as crianças.

Para Figueira (2005, p. 239) “Os jesuítas também lhes davam aulas de moral e religião; mais receptivas que os adultos, as crianças poderiam, posteriormente, influenciá-los”. É sabido que ainda ensinavam artes às crianças. O resultado foi muito rápido e logo atingiu também os adultos.

De acordo com Niskier (1969) as aulas das primeiras escolas eram muitas vezes realizadas ao ar livre ou em Cabanas improvisadas.

Já em 1570, apenas vinte e um anos após a chegada dos jesuítas, a Ordem já podia contar com cinco escolas de instrução elementar: Porto Seguro, Ilhéus, Espírito Santo, São Vicente e São Paulo de Piratininga; e três colégios: Salvador, Rio de Janeiro e Olinda.

Todas as escolas e colégios administrados pelos jesuítas eram regulamentados por um documento que começou a ser escrito pelo fundador, também chamado de general da Companhia, que ficou pronto de 1599, quarenta e três anos após sua morte. O documento chamado *Ratio Atque Institutio Studiorum Societatis Jesu*, Plano de Estudos da Companhia de Jesus, (FRANCA, 1952), onde concentra sua programação com traços nitidamente da cultura européia.

Para Aranha (2005) os jesuítas atuaram não só no ensino das primeiras letras, mas abriram também os cursos de Letras e Filosofia, na época considerada secundários, e o curso de Teologia e Ciências Sagradas, de nível superior, para a formação de sacerdotes para a Companhia.

No curso de Letras estudava-se Gramática Latina, Humanidades e Retórica; e no curso de Filosofia estudava Lógica, Metafísica, Moral, Matemática e Ciências Físicas e Naturais.

O ensino em todas as instituições jesuíticas, nessa época, era gratuito, pois os colégios eram fundados possuindo rendas estáveis e, os impostos locais sobre vinho, carne, sal, entre outros gêneros lhes forneciam o sustento necessário para manutenção das mesmas.

Os jovens de orientação liberal educados nos colégios, e que pretendiam continuar seus estudos eram encaminhados para a Universidade de Coimbra, em Portugal, a mais famosa no campo das ciências jurídicas e teológicas, e na Universidade de Montepellier, na França, a mais procurada na área da Medicina.

Entre os grandes educadores da Companhia que se destacaram na Colônia está também à figura do Padre Antônio Vieira. Nascido em Lisboa, a 06 de fevereiro de 1608, veio com a família para o Brasil, com destino à Bahia, aos seis anos de idade. A 5 de maio de 1623 entra no noviciado da Companhia. Ficou conhecido como grande defensor da liberdade dos indígenas, combatendo a sua exploração e escravização. Por isso ficou conhecido entre eles por Paiaçu, grande Pai, em Tupi. Defendeu também os cristãos-novos (judeus convertidos) os cristãos-velhos (católicos tradicionais), ambos perseguidos pela Inquisição, e os negros escravos. Criticou severamente os sacerdotes de sua época que atuavam em favor do Santo Ofício. Essa postura custou-lhe a acusação de herege pela inquisição em 1649,

mas só em 1675, foi absolvido. Voltou para Lisboa, por ordem do D. Pedro II, rei de Portugal, afastando-se completamente das questões públicas. Autor de várias obras, entre elas muitos Sermões, e, pregador na Capela Real, em Lisboa; Embaixador junto à França, Holanda e Roma. Em 1681, volta para o Brasil, onde morre no dia 18 de julho de 1697, no Colégio da Bahia.

Os Jesuítas, por duzentos e dez anos trabalharam incansavelmente em diversas partes do Brasil, até serem expulsos, em 1759, pelo Marquês de Pombal.

Santo Inácio de Loyola, o fundador da Companhia morreu no ano de 1556, em Roma.

O Plano de Estudos da Companhia de Jesus, historicamente foi o projeto que norteou a vida e as atividades das escolas e colégios da Companhia durante quase dois séculos e meio na Europa e nas regiões do Novo Mundo onde os membros da Ordem atuavam. O objetivo de Santo Inácio ao pensar no Plano era de uniformizar a formação da clientela que freqüentava as instituições de ensino da Ordem, em qualquer parte do mundo.

É um manual com orientações precisas sobre a conduta do corpo docente e discente, detalhando as responsabilidades, desempenho e relacionamento entre os membros da Companhia, os professores e alunos. É ao mesmo tempo ainda um manual de organização e administração escolar, apontando metodologicamente sugestões de materiais didáticos para conhecimento da clientela, de forma a assegurar-lhes boa formação. Encontram-se nas regras do Plano, orientações de comportamentos diante do Provincial, do Reitor, do Prefeito de Estudos, dos professores e até dos funcionários menos graduados para o bom funcionamento da instituição e para bons resultados na educação (FRANCA, 1952). Essas propostas foram pouco questionadas e, dada sua seriedade e a obstinação dos membros da Companhia em sistematizar sua pedagogia educacional, fazem com que ainda no século XVI, o modelo seja consolidado.

Além de querer livrar as pessoas da ameaça do protestantismo que se alastrava pela Europa, os jesuítas almejava a formação do homem perfeito, do bom cristão, mas infelizmente, não se preocupavam com a conscientização de seus alunos através da educação.

Dentro do quadro hierárquico da Companhia encontra-se o Prepósito-Geral, que comandava toda a Ordem onde quer que estivessem seus membros. Nos territórios ou regiões em que se encontrava a Ordem, certo número de membros formava uma circunscrição chamada de província, na qual era escolhido um dos religiosos para ocupar o cargo e função de Provincial local, cabendo a ele a tarefa de cuidar dos religiosos das casas, missões, escolas e colégios da sua circunscrição (FRANCA, 1952). E nesses locais eram escolhidos, pelo Provincial local, um dos religiosos para ser o superior daquela comunidade.

No sistema educacional, era função do provincial: nomear o Prefeito de Estudos e do Disciplinador ou Bedel; cuidar da boa formação dos professores; promover estudos em nível provincial; vigiar atentamente sobre a observância nas normas traçadas pelo *Ratio*. Ainda era sua função propor ao Prepósito-Geral modificações e adaptações sugeridas a partir da implantação do sistema no lugar. O cargo de Provincial é muito importante para a manutenção e organização da Ordem. (FRANCA, 1952)

Nos Colégios, o Reitor, era a maior autoridade, estando subordinado ao Provincial, por quem era nomeado. Sua atribuição era administrar o colégio como um todo, coordenando todas as atividades ligadas à educação e a catequese, ou seja, distribuir os trabalhos, convocar, dirigir reuniões de professores e presidir as atividades civis e religiosas no colégio ou representá-lo fora dele. (FRANCA, 1952)

Dentro da hierarquia escolar encontra-se o Prefeito Geral dos Estudos, outra figura importante no colégio. Era tido como um assistente do reitor, ficando diretamente responsável pela orientação pedagógica. Normalmente, era escolhido entre aqueles que tinham bastante experiência no ensino, pois deveria acompanhar, de perto, toda a vida escolar. Eram suas atribuições: visitar as salas de aulas; fiscalizar a execução dos programas e regulamentos do Plano de Estudos; formar, orientar e acompanhar os novos professores e articular as atividades escolares. (FRANCA, 1952)

Nas instituições, onde também era ministrado o ensino superior, e Cursos de Humanidades, encontra-se o Prefeito dos Estudos Inferiores que estava diretamente subordinado ao Prefeito de Estudos Gerais, e atuava como seu auxiliar. (FRANCA, 1952)

Onde os colégios tivessem um grande número de alunos deveria ser nomeado um Prefeito de Disciplina ou Bedel para o bom desenvolvimento dos trabalhos escolares. Este seria um auxiliar do Prefeito de Estudos, sobretudo no que diz respeito à manutenção da ordem e do bom comportamento. (FRANCA, 1952)

O professor está submetido às ordens do Prefeito de Estudos, devendo seguir as orientações do Plano de Estudos no que diz respeito à sua formação, à preparação e ao desenvolvimento das atividades durante as aulas. Os professores das faculdades superiores deviam obediência ao Prefeito de Estudos em tudo que se refere aos estudos e à disciplina das aulas; antes de propor qualquer tese aos alunos deviam apresentar primeiro ao prefeito para sua aprovação ou não; não deviam explicar o conteúdo de algum livro ou autor fora dos que estão em uso; não podiam introduzir novos métodos no ensino. (FRANCA, 1952)

Outra função no colégio é do Decurião. Trata-se de um aluno mais adiantado que auxilia o professor na sala de aula, deve seguir as ordens do professor e zelar pelo bom andamento dos trabalhos na sala, segundo as regras.

O professor tem grande poder de iniciativa, não só no emprego dos métodos propostos, como também a introdução de outros, mas só poderão ser aplicados com a autorização das autoridades escolares. Em tudo devem valer as normas e a liberdade, a tradição e progresso, mas tudo de forma pedagogicamente equilibrada. (FRANCA, 1952)

Para o governo colonial era muito conveniente a presença dos Jesuítas no setor educacional, pois o método de ensino aplicado em seus colégios atendia os interesses daqueles que vinham para o Brasil e podiam oferecer aos filhos uma formação de qualidade aos moldes da Europa. Ao mesmo tempo, servia de articulação entre os interesses da Metrópole e as atividades coloniais. Na verdade, os colégios serviram para a formação de uma elite colonial.

O sistema educacional jesuítico foi uma alavanca para o desenvolvimento da colônia, e o seu plano de estudos desempenhou papel fundamental.

Este Plano de Estudos levou 51 anos para ter sua aprovação definitiva, 1548 a 1599. É um plano de influência Teológico-pedagógica e foi usado nos

principais locais da Europa e em todo universo colonial onde estivesse uma instituição educacional com presença jesuítica.

A Educação é considerada um dos projetos mais importantes da Companhia, pois nos colégios eles têm a oportunidade de levar o corpo discente a conhecer e amar a Deus e seu Filho, Jesus Cristo, o Redentor; a conhecer o carisma da Ordem. Cabe ao Provincial a função de principal guardião da instituição, ou seja, zelar com todo cuidado para que os objetivos da companhia sejam do conhecimento e interesse dos religiosos, alunos, professores e demais envolvidos, e que todos caminhem em direção a manutenção desse ideal, iniciado por Inácio de Loyola. (FRANCA, 1952)

A primeira constituição da Companhia de Jesus escrita pelo fundador e aprovada pela Igreja em 1554, previa que, na medida do possível, deve-se tratar a todos com espírito de mansidão, de paz e da caridade. Esse princípio foi conservado fielmente e aplicado com afinco nas demais Constituições da Ordem que foram elaboradas, e especialmente no Plano de Estudos.

Era uma preocupação da Companhia, e, particularmente de Santo Inácio de Loyola, que as constituições da Ordem fossem aceitas e respeitadas onde quer que estivessem trabalhando seus membros, por isso era necessário fazer com que, sem perder sua essência, se adaptassem aos costumes locais.

No intuito de levar adiante o projeto missionário, por várias vezes os religiosos se viram obrigados, frente às circunstâncias, ceder, chegando por vezes a contrariar normas da Companhia. Em vários momentos essas concessões geraram sérios conflitos entre eles e seus superiores, como também com outras autoridades.

Aprender as línguas nativas foi talvez a primeira e maior destas concessões. Com essa abertura lingüística houve maior entrosamento com os nativos e tem início o grande esforço de traduzir para as línguas nativas as orações e músicas católicas. A partir daí foram elaboradas gramáticas das línguas nativas, e acabaram sendo incorporadas ao projeto de ensino da Companhia. Isso trouxe muitos ganhos para ambos os lados e colaborou enormemente para o avanço e crescimento do trabalho missionário.

O território da Colônia não tinha nenhuma infra-estrutura, assim os jesuítas assumiram o compromisso de colocar sua força de trabalho a serviço da educação, e eles mesmos deram início às construções de seus conventos,

igrejas, escolas e colégios. Sem dúvidas os religiosos do Brasil foram os responsáveis por adequar e inovar as regras das Constituições e do Plano de Estudos da Ordem.

Para maior expansão da obra missionária, trouxeram de Portugal muitos mestres de ofícios para o ensino profissional em seus colégios. Os próprios jesuítas procuravam aprender os diversos ofícios para ensinar os colonos e nativos. A partir daí conseguiram mais recursos humanos para as construções de igrejas, colégios, casas, aberturas de fazendas, aldeias e vilas.

Entre as inovações trazidas, está também, uma nova proposta pedagógica para ensinar e formar os nativos por meio do teatro, da música e das danças. Esses recursos foram usados com sucesso, especialmente entre as crianças. Contudo, tudo isso só foi possível pelo fato dos religiosos terem se esforçado para aprender às línguas nativas e, como isso a aproximação foi mais fácil, rápida e teve êxito, e, de certa forma atingiu seu objetivo de propagar a fé católica. Mas, apesar de todos esses esforços, muitos índios que, aparentemente convertidos, às escondidas praticavam antigos costumes religiosos o que era visto como situação de pecado.

Mesmo diante das dificuldades e atropelos, houve um grande avanço nas tentativas de aplicação e adaptação do Plano de Estudos à realidade brasileira, implantados nas escolas, colégios e missões da Companhia de Jesus no Brasil.

No Brasil o Plano de Estudos sofreu algumas adaptações e até mesmo mudanças, mas sem perder a uniformidade e unidade.

Lugon (1977, p. 5) diz que “a República Guarani era, sem dúvida, comunista demais para os cristãos burgueses e cristã de mais para os comunistas da época burguesa”.

Com a descoberta do Brasil, os índios ficaram à mercê dos interesses de grupos: alguns queriam integrá-los ao processo colonizador; os padres jesuítas desejavam convertê-los ao cristianismo e aos valores europeus; os colonos estavam interessados em escravizá-los.

Para melhor protegê-los, os jesuítas adotaram a política do aldeamento missionário, por volta de 1556, por iniciativa do superior dos jesuítas no Brasil, Padre Manuel da Nóbrega. Essa idéia tomou corpo e foi crescendo; acredita-se que de 1610 a 1768, ocupavam uma área de quase meio milhão de

quilômetros quadrados nos domínios americanos da Espanha. Esses aldeamentos ficarão, também, conhecidos por Missões ou Misiones no sul ou ainda de Reducciones, no Paraguai. Eram organizadas de acordo com o ideal Cristão-católico.

Com as reduções acreditavam poder solucionar o problema de catequização dos indígenas que, até então, não tinham tido êxito. Foram criadas no interior do território brasileiro, sendo que as do Sul do país tiveram maior destaque. As reduções do Sul do Brasil faziam limites com outras que estavam no Paraguai, Argentina e Uruguai; áreas também chamadas Terras Indivisas ou *Tierras de Dios*. Todavia, as mais importantes eram as do Paraguai. Essa experiência de vida comunitária aos moldes comunistas, especialmente dos povos guaranis, foi devastada e destruída definitivamente em 1768, em grande parte com a participação dos Bandeirantes paulistas, com o objetivo de escravizar os índios.

Nas reduções os indígenas eram protegidos do contato com os colonizadores, trabalhavam na agricultura, pecuária e artesanato, utilizando técnicas bastante avançadas para a época. A distribuição dos bens era igualitária, ninguém passava fome e todos tinham grandes oportunidades de trabalho e participação dentro da comunidade. Eram freqüentes as festas religiosas, com grande participação das crianças. As reduções foram apontadas como modelo de uma sociedade organizada. Esse ideal de uma sociedade fraterna remonta do ideal vivido pelas primeiras Comunidades Cristãs descritas na Bíblia, no Livro dos Atos dos Apóstolos 2,42-47; 4,32-37. (BÍBLIA SAGRADA, 1991)

Embora tenha sido assumido pelos religiosos da Companhia de Jesus, o aldeamento na Colônia, na verdade fazia parte de um projeto de segregação do Governador Geral Tomé de Souza. As diretrizes do Regimento do governador deixavam claro que os indígenas não deveriam conviver no mesmo espaço em que os demais colonos, mas, isolados para que a metrópole pudesse controlá-los e ter maior domínio sobre os mesmos.

As Primeiras reduções seguiram o modelo do Regimento de Tomé de Souza. Mais tarde apresentou algumas mudanças, porém, em ambos têm como objetivo a sujeição do índio. Os que se recusavam a seguir os jesuítas estavam sujeitos às conseqüências da guerra justa, ou seja, tornavam-se

escravos. Dessa forma, os jesuítas estavam sempre acompanhados por soldados da colônia, que tinham autorização e poder para fazer cumprir a lei quando houvesse resistência.

Com a implantação das reduções, os jesuítas se dedicaram sistematicamente ao projeto catequético. Acreditavam que era o melhor para todos, pois poderiam catequizar os índios com mais rapidez e ao mesmo tempo os isolava dos maus exemplos e da exploração dos colonos. Além de protegidos, estavam ainda limitados geograficamente dentro do território das reduções. Na visão do aparelho estatal, limitando o indígena ao sistema de aldeamento, resolvia também outros problemas: liberava grandes áreas para a agricultura; favorecia o crescimento de vilas e cidades; ampliava a economia e colaborava para melhorar o convívio social, entre outras vantagens.

Os jesuítas eram rígidos na disciplina nas reduções, pois queriam extinguir os antigos hábitos, para tanto usavam muitos meios para adequar os indígenas aos padrões cristãos e ao modo de vida do branco, visto na época como o mais correto, dentre os meios usados, destacava-se a obediência.

Os indígenas, além de passarem pelo processo de catequização, recebiam ensino elementar: ler, escrever, contar e ensino de humanidades. Aprendiam também artes, retórica, música e formação para o trabalho agrícola, que garantiam ao grupo uma de suas fontes de renda. Os mais adiantados continuavam seus estudos junto com os filhos dos portugueses nos colégios da Ordem, próximos das reduções. Junto da instrução e formação, eram aconselhados a constituir família, e construir suas casas.

Os colégios eram fundados nas regiões mais povoadas, e ofereciam o ensino elementar e de humanidades, chamado pelo Plano, de ensino secundário. Os cursos eram uniformes em todas as instituições da Ordem. Deveria seguir, em tudo, as normas do Ratio, sendo todo material didático e obras literárias vindas de Portugal.

A Companhia, para impulsionar e melhor administrar suas obras, dividiu o Brasil em três províncias: Rio de Janeiro, Bahia e Pernambuco. A Província do Rio de Janeiro era responsável pelas casas, colégios e missões da região sul; da Bahia, a administração das instituições da região Central, e a de Pernambuco era responsável por todas que estivessem nas regiões Norte e Nordeste.

Muitas vezes os jesuítas viram-se obrigados pelas circunstâncias a abrir mão, e fazer adaptações e serem flexíveis nas normas propostas pelo Ratio, para maior adesão e assegurar sucesso nos trabalhos nas reduções e assim atingir os objetivos traçados pela Companhia.

Todas as obras eram supervisionadas pelos padres visitantes que, eram enviados da Sede Geral na Europa, pelo Prepósito-Geral.

Segundo alguns historiadores, as Reduções acabaram por transformar os índios em nômades sedentários, o que contribuiu, decisivamente, para facilitar a sua captura pelos colonos. Muitas vezes, tribos inteiras foram capturadas nessas áreas.

Com o passar do tempo, as Reduções passaram a ser mal vistas pelo governo imperial espanhol, que desde 1580, com a morte do último membro da dinastia de Avis, Cardeal-Rei, Dom Henrique, 1578-80, Portugal e suas colônias passaram a pertencer à Espanha. Essa dependência perdurou até 1640.

Prado Júnior (1986, p. 49) diz que:

Portugal saíria arruinado da dominação espanhola, a sua marinha destruída, o seu império colônia esfacelado. Os Países-Baixos e a Inglaterra, com a Espanha estiveram em luta quase permanente, ocuparão, para não devolver, boa parte das possessões portuguesas. Estava definitivamente perdido para Portugal o comércio asiático; as pequenas colônias que ainda conservava no Oriente não têm expressão apreciável. Efetivamente só lhe sobriariam do antigo império ultramarino o Brasil e algumas posses na África. Estas, aliás, só valerão como fornecedores de escravos para o Brasil. Na própria colônia americana a soberania portuguesa correrá grande risco. Além de incursões esporádicas de ingleses e holandeses, estes últimos ocuparão efetivamente durante longos anos boa parte da colônia.

Para Ribeiro (2000) a Inglaterra já desponta a partir do século XVI como uma nação burguesa e industrial, estando muito à frente das demais. O rápido crescimento de produtividade, especialmente oriundas das atividades manufatureiras e mineradoras, foi que alavancou a chamada Revolução Industrial e colaborou determinantemente para grandes transformações e, ao mesmo tempo elevou a Inglaterra à condição de potência hegemônica, no plano político e econômico, do século XIX.

Para Figueira (2005) Portugal, por sua vez, encontra-se numa grande e dolorosa estagnação, pois sua política colonial visava à passagem da etapa mercantil para a industrial do regime capitalista, mas por motivos internos e

externos antecipou à primeira, mas não conseguiu chegar à segunda. Dessa forma torna-se um país pobre, despovoado, sem terras, agricultura atrasada, sem fontes de renda e com fortes traços feudais; a burguesia mercantil está rica, porém, pequena.

A situação é crítica e Portugal entra no século XVII completamente fracassado. Na tentativa de superação e pressionado, assina com a Inglaterra em 27 de dezembro de 1703, o Tratado de Methuen, também conhecido por Tratado de Panos e Vinhos. Era um acordo comercial entre as duas nações, onde se comprometiam, Portugal consumir os tecidos da Inglaterra e a Inglaterra os vinhos de Portugal. Foram negociadores desse tratado John Methuen, embaixador extraordinário da Rainha Ana da Grã Bretanha e o Marquês de Alegrete, Dom Manuel Teles da Silva, representante de Portugal.

Esse tratado acabou por sufocar ainda mais o processo de industrialização de Portugal.

Segundo Figueira (2005, p. 176) “Como o valor das importações de tecidos foi sempre superior ao das exportações de vinho, Portugal acabou acumulando déficits sobre déficits em seu comércio com o poderoso aliado”.

Cotrim (2005, p. 250) diz:

As condições no Tratado de Mathuen não foram, porém, os únicos fatores responsáveis pelas dificuldades do desenvolvimento industrial português. As causas da não industrialização de Portugal são antigas e continuam sendo objeto de estudo de historiadores.

Segundo Aranha (2005, p. 133):

No decorrer do século XVII, cresce a animosidade contra a Companhia de Jesus. O governo temia o seu poder econômico e político, exercido maciçamente sobre todas as camadas sociais ao modelar-lhes a consciência e o comportamento. Ainda mais, desde os tempos de Nóbrega, a coroa se comprometera a destinar-lhe uma taxa especial de 10% da arrecadação dos impostos, além de doação de terras. A Companhia tornara-se então muito rica, com todos esses benefícios, mais a produção agrária das missões, altamente lucrativa.

Nesse contexto D. José I chega ao poder em 1750 e nomeia como seu primeiro-ministro Sebastião José de Carvalho e Melo que ficará conhecido como Marquês de Pombal. Nascido em Lisboa, Portugal 13/05/1699 e morto em Leiria, Portugal a 08/05/1782. Ocupará esse cargo até 1777.

Para Figueira (2005) ao nomeá-lo a intenção do rei era ver recuperada a economia, o poder real, a cultura e reforçar o Pacto Colonial.

Pombal empreende esforços, especialmente para recuperar a economia e a política de Portugal. Figueira (2005) destaca que dentro do plano de reformas de Pombal, estão o aumento de impostos sobre produtos importados, criação da Companhia dos vinhos do Douro, incrementou a produção agrícola e a construção naval, reformou a instrução pública, fundou várias academias e reorganizou o exército português.

Simultaneamente inicia uma campanha contra a Companhia de Jesus. Segundo Aranha (2005) para justificar sua perseguição alega que a Companhia é um empecilho na conservação dos poderes econômico e político e aponta como motivos seu enriquecimento e a orientação de sua clientela para o serviço da Ordem, e, não para os interesses do Império. Mas, entre todas as acusações as mais contundentes são, segundo Souza (2004, p. 114) “que formavam um Estado dentro do Estado”, e, para Niskier, (1969. p. 53) “ambicionavam poder e riqueza”.

O ódio que Pombal nutre pelos jesuítas, faz com que endureça cada vez mais a relação, chegando a ponto de pedir, nove anos após chegar ao poder, sua expulsão.

Pelo Alvará Régio de 3 de setembro e da Carta Régia de 4 de outubro de 1759, o rei D. José I, determinava a expulsão da Companhia de todos os domínios portugueses. O Decreto ainda determina que inventariasse e seqüestrasse todos seus bens, e incorporassem ao tesouro público lusitano.

A expulsão dos jesuítas está ligada a posições em função de radicais diferenças de objetivos. Enquanto os jesuítas preocupavam-se em aldear e converter os índios e, com a formação de novos membros para a Companhia, Pombal pensava em reerguer Portugal da decadência que se encontrava diante de outras potências européias da época. Os religiosos Jesuítas permaneceram como bastiões da educação no Brasil durante duzentos e dez anos, quando por meio de um alvará, foram brutalmente expulsos de Portugal e todas suas colônias.

Sodré (1989, p. 27) diz:

Quando da expulsão, realmente, possuíam, os jesuítas, na metrópole, 24 colégios, além de 17 casas de residências, e, na colônia, 25 residências, 36 missões e 17 colégios e seminários, sem contar os seminários menores e as escolas de ler, escrever e contar, instaladas em quase todas as aldeias e povoações onde existiam casas da Companhia.

Acredita-se que no momento da expulsão eram em torno de 500 religiosos, distribuídos nas províncias religiosas da Bahia, Pernambuco, Rio de Janeiro e Pará.

Mesmo com todas as críticas que se pode fazer a esse projeto, tem-se que reconhecer o esforço e a luta dos membros da Companhia para levar avante seu projeto de evangelização. Por esse ato de Pombal a educação brasileira sofreu um grande corte histórico.

Segundo Aranha (2005, p. 134):

Pode-se questionar a validade do ensino dos jesuítas na formação da cultura brasileira, mas é indiscutível que de início foi prejudicial o desmantelamento da estrutura educacional montada pela Companhia de Jesus. Os bens dos padres são confiscados, muitos livros e manuscritos importantes destruídos, nada sendo repostos.

Para Facchini; Neves (1988, p. 37):

a implantação da religião cristã foi conseguida à custa do suor e até do sangue dos missionários. Ninguém pode negar o sacrifício, paciência, abnegação e resistência física e psicológica dos jesuítas (especialmente dos primeiros missionários).

Com a expulsão dos Jesuítas a educação no Brasil entra em nova fase, que ficou conhecida como reforma pombalina.

São concordes os historiadores que, o grande sonho do Primeiro-Ministro era fazer com que seu país se destacasse economicamente para estar em pé de igualdade e competir com outras nações européias. Essa foi a razão que o impulsionou a fazer tantas reformas em todos os setores do reinado.

O ideal de Pombal era formar o nobre negociante, simplificar e abreviar os estudos, encaminhando maior número aos cursos superiores; aprimorar a língua portuguesa, diversificar o conteúdo incluindo o de natureza científica e torná-los os mais práticos possíveis.

Na Colônia brasileira, Pombal procurou colocar nos cargos públicos administrativos mais importantes, portugueses, considerados, por ele, como pessoas de primeira classe. Ao passo que para o ensino primário público, prepara pessoas de classes inferiores, ou seja, com pouca formação.

Aranha (2005, p.134) diz que:

Os colégios estão dispersos, não há mais a formação de mestres nem uniformidade de ensino, portanto. Existem queixas quanto à incompetência do mestre leigo, que são muito mal pagos. O centro de

decisões está no reino, o que torna a máquina administrativa extremamente morosa e ineficaz.

Essa forma de Pombal organizar a política educacional contribuiu, também, para maior exploração das riquezas e, conseqüentemente aumento nos lucros da Metrópole.

A supressão da Companhia que aconteceu em Portugal e suas Colônias em 1759, sob o pontificado de Clemente XIII, só teve seu desfecho em 1773, já no pontificado de Clemente XIV. Portugal e França eram os países que mais faziam pressão para supressão da Ordem. Sendo que na França ela já tinha sido expulsa em 1º de dezembro de 1764.

Ao assumir o pontificado a 19 de maio de 1769, Clemente XIV, se depara com grupos muito fortes contrários, à presença jesuíta na Igreja. A França ameaça romper relações diplomáticas com a Santa Sé. Diante disso, o Papa cedeu, e, em setembro de 1769 prometeu suprimir a Ordem, sem, contudo, marcar data. Tentou contornar a situação proibindo a admissão de novos candidatos. Mas o governo espanhol coloca-se contrário a essa medida e faz tamanha pressão que o Papa se viu obrigado a suprimir a Ordem em todos os cantos do mundo.

Dessa forma, segundo Souza (2004, p. 197):

O Papa Clemente XIV publicou o Breve *Dominus Ac Redemptor* para suprimir em toda cristandade a Companhia de Jesus no dia 21 de junho de 1773, após a repercussão dos acontecimentos em Portugal, seguidos por França, Espanha e Nápoles, causando grande pressão pública. O Papa a “bem da paz”, cede às pressões. No dia 9 de setembro de 1773, a comunicação régia da extinção da Companhia de Jesus foi enviada à colônia.

Souza (2004, p. 198) diz que: chegou comunicado ao bispo sobre a extinção da Companhia de Jesus. O prelado tornou pública a ordem que recebeu da corte a todos os diocesanos:

Revmo. Bispo de São Paulo. Eu, El Rei, vos envio muito saudar. O nosso Santo Padre Clemente XIV, ora presidente da Universal Igreja de Deus; pela sua Bula expedida em forma de breve que principia: *Dominus ac Redemptor Noster Iesus*, dada em Santa Maria Maior, debaixo do anel do pescador, no dia 21 de julho, quinto ano de seu feliz pontificado, suprimiu e extinguiu inteiramente a Companhia chamada de Jesus, abolindo todo e cada um dos seus ministérios e ofícios, casas, criados, colégios (...), absolvendo dos votos todos os indivíduos da mesma Companhia e transferindo aos respectivos ordinários a jurisdição, que sobre eles teve até agora seu abolido geral; por ficarem reduzidos ao estado clerical os que tiverem ordens sacras. (...) Pareceu-me participar-vos o referido para que antes de tudo façais render, a Deus Nosso Senhor as mais solenes graças pela essencial

providência e iluminação. (...) Dado e passado nessa cidade de São Paulo sob o selo de Sua Exa. Revma. e meu sinal, aos 13 de julho de 1774.

Com a supressão da Ordem foi destruído todo o trabalho feito por ela em muitas partes do mundo no decorrer de duzentos e trinta e nove anos de sua existência a serviço da Igreja.

A decisão do Papa não foi aceita pela Rússia, Polônia, Prússia e Inglaterra. Na Rússia, a autoridade papal não era reconhecida pelos líderes da Igreja Ortodoxa, e, aproveitando da situação a Czarina Catarina, a grande, viu naquele momento a oportunidade de levar os jesuítas para seu país, pois eram considerados como homens elevada cultura e grandes estudiosos. Essa atitude da czarina trouxe, para Rússia enormes benefícios em níveis culturais. (COMPANHIA..., 2008)

Em nível mundial, na época da supressão, segundo Franca (1952, p. 24) “a Ordem mantinha na Europa 546 colégios e 148 seminários e, fora da Dela, nas províncias missionárias, 123 colégios e 48 seminários”.

Pouca coisa restou da prática educacional jesuítica no Brasil. Continuaram a funcionar apenas o Seminário Episcopal no Pará, e os Seminários de São José e São Pedro, que não se encontravam sob a jurisdição jesuítica; a Escola de Artes e Edificações Militares, na Bahia; e a Escola de Artilharia, no Rio de Janeiro.

Após 41 anos de sua extinção pela Igreja, a Ordem foi novamente restaurada. Souza (2004, p. 230) diz que:

O papa Pio VII, mediante o breve *Solicitudio Omnium Ecclesiarum*, restabeleceu a Companhia de Jesus no dia 7 de agosto de 1814. Essa atitude de Sua Santidade não foi acatada nos domínios portugueses pelo príncipe regente dom João VI, que comunicou sua decisão à Santa Sé.

Para Gonçalves (2008) os jesuítas retornam suas atividades em Portugal em 1829, no governo de D. Miguel, mas é só em 30 de agosto de 1832, que a Companhia é oficialmente restaurada pelo mesmo D. Miguel.

Os Jesuítas voltam Brasil em 1845, vindos da Argentina e abrem um Colégio em Florianópolis. Retomam suas, especialmente na área da educação, seguindo o mesmo método usado na fase inicial. A partir daí se reestruturam e seguem abrindo casas, novos colégios e universidades. (JESUITAS..., 2006)

No que diz respeito à política educacional do Primeiro-Ministro para a Colônia do Brasil, destaca-se sua postura em relação aos indígenas da região do Amazonas, com a publicação em 1757, do Diretório para os Índios da região amazônica. Por este, proibia o uso dos idiomas indígenas, obrigava-os dar nomes portugueses a seus filhos, as aldeias, vilas e combater tudo que pudesse atrapalhar as relações comerciais exteriores, para isso era necessário acabar com tudo que estivesse voltado para a sobrevivência do próprio grupo, em detrimento dos interesses do mercado internacional e dos interesses da Metrópole.

Beozzo (2004, p.10-11) transcreve texto do Diretório onde Pombal determina a abolição do idioma e da língua indígena da região amazônica:

Sempre foi máxima inalteravelmente praticada em todas as Nações, que conquistaram nos domínios, introduzir logo nos Povos conquistados o seu próprio idioma, por seu indisputável, que este é um dos meios mais eficazes para desterrar dos povos rústicos a barbaridade dos seus antigos costumes; e ter mostrado a experiência que, ao mesmo passo que se introduz neles o uso da Língua do Príncipe que os conquistou, se lhes radica também o afeto, a veneração e a obediência ao mesmo Príncipe Observando, pois todas as Nações polidas do mundo este prudente e sólido sistema, nesta Conquista se praticou tanto pelo contrário, que só cuidaram os primeiros conquistadores em estabelecer nela o uso da Língua, que chamaram geral; invenção verdadeiramente abominável e diabólica, para que privados os índios de todos aqueles meios que os podiam civilizar, permanecessem na rústica e bárbara sujeição, em que até agora se conservam. Para desterrar este perniciosíssimo abuso, será um dos principais cuidados dos Diretores, estabelecer nas suas respectivas povoações o uso da língua portuguesa, não consentindo de modo algum que os meninos e meninas que pertencerem às Escolas, e todos aqueles índios que forem capazes de ser instruídos nesta matéria, usem da Língua própria das suas Nações ou da chamada geral, mas unicamente da portuguesa na forma que sua Majestade tem recomendado em repetidas ordens que até agora não se têm observado com total ruína espiritual e temporal do Estado.

Pombal vai mais longe no seu projeto de proibir as línguas nativas e substituí-las pelo português, e para tanto estabelece as escolas de Ler e escrever. Uma particularidade dessas escolas está no fato serem separadas para homens e mulheres, atendendo desse modo às normas e preceitos da época. Beozzo (2005, p. 11-12) transcreve:

E como essa determinação é a base fundamental da civilidade, que se pretende, haverá em todas as povoações duas Escolas públicas uma para os meninos, na qual se lhes ensine a Doutrina Cristã, a ler, escrever e contar na forma que se praticarem todas as Escolas das Nações civilizadas; e outra para as meninas, na qual além de serem instruídas na Doutrina Cristã se lhes ensinará a ler, escrever, fiar, fazer renda, costura e todos os mais ministérios próprios do seu sexo.

Mesmo com sua política contrária a cultura indígena e a completa extinção das escolas Jesuítas, o governo não conseguiu atingir seu objetivo de conquista do capital necessário para sua passagem da etapa mercantil para a industrial, contudo, a Inglaterra continua a ser bastante beneficiada pelos lucros coloniais de Portugal.

A educação tanto em Portugal como em suas colônias estão às mínguas. Pombal, porém, quer de toda forma preencher esse grande vazio e endurece ainda mais sua política de massacre cultural.

Por meio do Alvará Régio, tem a intenção de dar continuidade ao trabalho pedagógico interrompido com a expulsão dos jesuítas. Será visto como primeiro esforço de reorganizar a educação e ao mesmo tempo de secularizá-la (FIGUEIRA, 2005). Acreditava que, somente o ensino dirigido e mantido pelo poder secular, poderia corresponder e servir aos interesses do Estado. Dessa forma abria precedentes para que o Estado intervenha e controle todo sistema de ensino. Esse método já vinha sendo aplicado em vários países europeus. O grande e sério problema que o sistema educacional está diretamente ligado aos processos político-sociais.

Com objetivo de controlar e fiscalizar a aplicação do ensino e apoiado pelo Alvará Régio, Pombal cria o cargo de Diretor Geral dos Estudos que só passou a funcionar após o seu afastamento do governo. Nesse novo sistema determina a prestação de exames para todos os professores; proíbe o ensino público e particular sem a autorização do Diretor Geral. Ele é o responsável pelos concursos e nomeação de professores régios, pelas licenças para o exercício do magistério público ou privado. Deve ainda, designar pessoas para visitar as escolas e professores e, fazer levantamentos sobre as condições do ensino.

Seu projeto é que o Estado tenha total controle e uniformização do ensino, tanto no que diz respeito aos professores nomeados, como dos materiais didáticos utilizados. Deixa claro, o documento que o único poder nesse novo sistema deve ser do Estado e somente a coroa pode propor um novo.

Pelo Alvará, o Marquês, ao mesmo tempo em que extinguiu as escolas jesuíticas e expulsava os membros da Companhia de Portugal e suas colônias, criava as Aulas Régias ou Avulsas de Latim, Grego, Filosofia e Retórica, que

deveriam substituir as disciplinas até então oferecidas nas escolas jesuítas. Cada aula régia ou avulsa era autônoma e isolada, com professor único, e não se articulavam entre si. Essas aulas régias não impediram, no entanto, o funcionamento dos Seminários e Colégios de outras ordens religiosas. Contudo, esses não conseguiram alcançar o caminho feito pelos jesuítas em suas instituições.

Portugal logo percebe que a educação no Brasil está estagnada e fadada a total fracasso. O que fazer? Uma das soluções foi em abreviar os estudos, mas a maior preocupação era formar o perfeito nobre e para isso simplificaram a aprendizagem do latim, para o rápido ingresso nos cursos superiores. Essa nova proposta ainda objetivava um maior conhecimento da língua portuguesa; diversificação do conteúdo; levar o aluno a um maior contato com o mundo científico e tornar os estudos mais objetivos. Contudo, as reclamações, por parte da população continuam, pois é notória a diferença entre essa nova proposta com a anterior.

Segundo Souza (2004) com a expulsão dos Jesuítas a situação educacional na colônia piora cada vez mais. Na tentativa de resolver os problemas e reclamações apontadas, o governo criou em 1772, o Subsídio Literário, ou seja, um imposto especial para financiar o ensino.

Para Peeters; Cooman (1969) este subsídio era um imposto sobre a carne verde, o vinho, o vinagre e a aguardente. O imposto era baixo, mas nunca foi cobrado com regularidade, e em 1798, os professores se queixavam por ficarem longos períodos sem receber seus salários e cobravam soluções de Portugal.

Os professores eram nomeados por indicação ou sob concordância de bispos e sua função era vitalícia, mas eram mal remunerados, e na sua maioria, com baixíssimo preparo para o exercício do magistério. Peeters; Cooman (1969) dizem que: somando-se a tudo isso, muitas vezes eram surpreendidos por soldados que vinham invadir as escolas para recrutar os meninos de doze ou treze anos para o serviço militar. Se, por ventura, se atrevessem a interceder ou quisesse impedir, eram maltratados e submetidos a mais humilhações, pois gozavam de pouco prestígio.

Em vista do que vinha sendo feito pelos jesuítas, esse novo projeto, pedagogicamente foi um retrocesso. Todavia se olhar por outro ângulo, embora

pequeno, representou algum avanço, pois foram criados novos métodos e livros.

A criação das aulas régias será a primeira tentativa de ensino pelo Estado na história do Brasil, visando substituir o ensino religioso até então aplicado pelos jesuítas (NISKIER, 1969). A gana de reformar o ensino fez com que o Marquês criasse muitos Alvarás que, vieram atropelar seu próprio projeto, fazendo com que essa nova modalidade privilegiasse uns poucos, na sua maioria os filhos da elite colonial.

Exceto os seminários e as aulas monásticas, pode-se dizer que esse novo sistema trouxe um período de tremenda obscuridade e ignorância na educação no Brasil, pois governo português levou quase trinta anos para assumir o controle pedagógico da educação a ser oferecida. A reforma patrocinada por Pombal, após a expulsão dos jesuítas dos domínios portugueses, foi segundo Azevedo (apud NISKIER, 1969, p. 53) “a primeira, grande e desastrosa reforma de ensino no Brasil”.

Até o início do século XIX, a educação brasileira estava praticamente na estaca zero. Pombal acabou com o sistema jesuítico, mas não ofereceu outro que, pelo menos, pudesse chegar próximo e dar continuidade ao que vinha sendo feito.

Souza (2004, p. 116) diz que:

Em algumas partes do Brasil, as pessoas procuraram remediar o problema da educação. Em Pernambuco, o bispo Dom Azeredo Coutinho criou o seminário de Olinda, onde eram ensinadas ciências naturais e matemática. No Rio de Janeiro e na Bahia surgiram pequenos clubes de intelectuais.

O bispo Coutinho era, na época, julho 1776, ao mesmo tempo governador interino da Província.

Os Jesuítas foram os grandes guardiões do sistema educacional no Brasil, mas, não os únicos educadores, pois, em nível religioso têm-se, também a presença de outras Ordens Religiosas que participaram da evangelização e catequização nas cidades e missões, possuindo, inclusive algumas, casas de formações para seus candidatos e futuros membros. Ministraram estudos religiosos de cunho doutrinário e primeiras letras durante todo o período colonial. Entre os grupos religiosos destaca-se: Beneditinos, Carmelitas,

Mercedários, Oratorianos e Franciscanos. Estes últimos estão divididos em três ordens: Observantes Conventuais e Capuchinhos.

O Primeiro-Ministro, durante os vinte e sete anos que esteve à frente do governo de 1750 a 1777, empenhou-se em tornar mais eficaz a presença lusitana e introduziu modificações no relacionamento entre a metrópole e a colônia.

Para Figueira (2005, p. 187):

O Marquês de Pombal foi à figura-chave do governo português entre 1750 e 1777. Sua gestão foi um perfeito exemplo de despotismo esclarecido, forma de governo que combinava a monarquia absolutista com o racionalismo iluminista.

Segundo Souza (2004) seus projetos na área econômica não tiveram muitos frutos em razão da grande depressão em que a colônia passou, devido à crise do açúcar e da queda na produção do ouro em 1760.

Os problemas decorrentes da ação de Pombal no processo educativo, só terão alguma mudança substancial, na Colônia, com a chegada, em 1808, da Família Real no Rio de Janeiro.

Em 30 de novembro de 1807, as tropas de Napoleão Bonaparte comandadas pelo General Junot invadem Lisboa. Ameaçado D. João, regente, pois sua mãe a rainha Maria I, embora louca ostentasse o título de rainha, junta toda a Família Real e sua Corte e fogem para a Colônia do Brasil, sob a guarda inglesa (RIBEIRO, 2000), três dias antes da invasão.

Segundo Figueira (2005) na comitiva vieram ministros, conselheiros, juízes da Corte Suprema, funcionários do Tesouro, oficiais do Exército e da Marinha e membros do alto clero. Trouxeram uma infinidade de baús com roupas e as riquezas da Corte; muitas obras de arte, objetos dos museus, a Biblioteca Real com mais de 60 mil livros, todo o dinheiro do Tesouro e muitas jóias da Coroa.

Estavam ainda no meio da mudança, cavalos, gados, porcos e galinhas e muitos outros alimentos.

Aportaram a 7 de março de 1808 e instalaram no Rio de Janeiro a sede do governo. A partir desse momento o Brasil já não era mais uma simples colônia, foi transformada em Reino Unido a Portugal.

Nesse tempo, na Europa muitos países estavam ávidos pela industrialização e a ampliação de seus mercados consumidores, mas o monopólio constituía um grande empecilho.

Para Figueira (2005) a Inglaterra é um desses, e força D. João, que acaba de chegar à Bahia, a ceder aos interesses dos grupos coloniais exportadores da burguesia industrial e decreta abertura dos portos aos chamados países amigos, em janeiro de 1808.

Com a abertura dos portos, chegou o fim do monopólio e da dependência econômica do Brasil sobre o comércio, em relação à metrópole. Mas sua situação apenas foi transferida para outro país: de Portugal passa para a Inglaterra, que sustenta e mantém, naquele momento, a ideologia de aliada. Mais tarde, em 1822, com a Proclamação da Independência é oficializada, apenas no papel, a emancipação política do Brasil.

Segundo Figueira (2005) com a presença da Família Real no Brasil houve a necessidade de uma reorganização administrativa e nomeação de pessoas para ocuparem o primeiro escalão dos ministérios criados, bem como a contratação de funcionários para as diversas áreas da administração pública e da justiça. É bom frisar que muitas outras cidades importantes da época foram também beneficiadas por esses atos.

Grandes mudanças de ordem social, política e econômicas são visíveis, mas é no campo educacional e cultural que nascem muitas propostas e realizações. Toda Colônia, mas particularmente o Rio de Janeiro, Sede da Corte, será beneficiada por esse desenvolvimento. Afluirá para a nova Sede muita gente em busca de uma boa formação, especialmente as lideranças intelectuais e políticas. Com isso a Colônia, como um todo conhecerá grande progresso. Instituições de nível cultural e educacional serão instaladas, trazendo novos cursos e atividades culturais.

Para Ribeiro (2000) procurando atender às necessidades da Família Real e sua corte, D. João cria várias instituições, entre elas pode-se destacar: a Imprensa Régia, em 13 de maio de 1808, que possibilitou a impressão do Jornal Gazeta do Rio de Janeiro, o primeiro jornal brasileiro, nesse tempo eram proibidas as editoras e a circulação qualquer tipo de impresso, pois tudo tinha de vir de Portugal; a Biblioteca Nacional tendo os seus primeiros volumes vindos da Biblioteca da Ajuda, Portugal; o Museu Nacional; Academias de

Guardas-Marinhas e Academia Real Militar, escolas de ensino superior. A última deu origem a Escola Nacional de Engenharia; cursos superiores de cirurgia, anatomia e medicina no Rio de Janeiro e na Bahia; criação da Escola de serralheiros, oficiais de lima e espingardeiros, em 1812. No Rio é criado o primeiro laboratório de química, 1812; Em 1817 é criado o Jardim Botânico para estudos de botânica e análogos; cursos para formação de técnicos nas áreas de agricultura, 1814; química, abrangendo química industrial, geologia e mineralogia, 1817, no Rio de Janeiro e desenho técnicos, 1818. Esses cursos deveriam formar técnicos para as áreas de economia, agricultura e indústria.

Merece ainda destaque a criação da Escola Nacional de Belas Artes em 1816, logo após a chegada da Missão Francesa, que tinha como membro Jean-Baptiste Debret.

De acordo com Ribeiro (2000), infelizmente muitos desses cursos eram apenas de fachadas, pois preparavam os alunos rapidamente, apenas para se tornarem práticos e atender as necessidades mais urgentes. Mas, Apesar de toda precariedade e algumas delas de caráter imediatista, essas instituições colaboraram pra o distanciamento e até o rompimento com Portugal e, mais especificamente com a Universidade de Coimbra. Esse processo leva a emancipação política do Brasil em relação à Metrópole, e ao mesmo tempo abre as portas para, também ir rompendo, ainda que a passos curtos com o ensino jesuítico que por duzentos e dez anos foi praticamente a única proposta educacional no Brasil, até sua supressão em 1759.

A expulsão dos jesuítas estagnou o processo educativo, mas com a chegada da Família Real em 1808, grandes mudanças acontecem nessa área. E aos poucos vai se esboçando o que será chamado de ensino imperial, uma vez que a cada dia que passa o governo português com sede no Brasil, deixa claro sua intenção de dar à Colônia ares de uma Corte à altura das européias. Assim, no que diz respeito à educação, o ensino imperial viria a ser estruturado em três níveis: primário, secundário e superior.

Poucas foram as medidas estatais para a organização do ensino elementar, ficando grande parte reservada à esfera privada. Devido à extensão do Brasil era de todo impossível disciplinar e organizar, pois além dos escassos recursos financeiros, é grande a carência de recursos humanos e técnicos, por

isso, surgem diversas formas educativas. No meio rural as formas e locais de ensinar e aprender serão múltiplas.

Segundo Aranha (2005, p. 155):

Sem a exigência de conclusão do curso primário para o acesso a outros níveis, a elite educa seus filhos em casa, com preceptores. Para os demais segmentos sociais, o que resta é a oferta de pouquíssimas escolas cuja atividade se acha restrita à instrução elementar: ler, escrever e contar.

D. João VI apresenta projetos para organizar a instrução primária. Contudo, seus projetos não foram suficientes e o ensino primário continuou aos moldes das escolas de ler e escrever e com pouquíssimos professores para atender a clientela.

Para Aranha (2005, p.153):

A camada intermediária procura, sobretudo os cursos de direito, não só para seguir a atividade jurídica, mas para ocupar funções administrativas e políticas ou dedicar-se ao jornalismo. Além disso, o diploma exerce uma função de 'enobrecimento'.

Assim, tanto o primário como o secundário saem ganhando. Porém, o secundário segue o modelo das aulas régias de gramática latina, como do período pombalino. Inclusive, o modelo de política educacional de Pombal foi seguido pelo príncipe que, passou a controlar o ensino por meio de sua assinatura nas provisões para abertura de escolas e nomeações de professores.

Quanto ao ensino superior muito pouco foi feito. Sabe-se que os diretores eram, ao mesmo tempo, os próprios professores dos cursos, e estavam submetidos diretamente às ordens do governo.

Segundo Neotti (2007) no que diz respeito ainda ao ensino superior pode-se destacar a presença dos Frades Franciscanos fixados na Cidade do Rio de Janeiro no final do século XVI. Ficarão conhecidos como parteiros do Brasil, pois nove deles celebraram e cantaram a primeira missa no Brasil, presidida por Frei Henrique de Coimbra, diante Pedro Álvares Cabral, dos demais membros de sua comitiva e observados pelos indígenas completamente atônitos. Logo após a missa, Frei Henrique fixou a cruz como marco da possessão portuguesa.

Neotti (2007, p. 5) diz que:

Os Franciscanos em se fixam no Rio de Janeiro em 1592. No dia 19 de abril de 1607, o governador doou aos Frades o já chamado Morro de Santo Antônio. Nele havia uma capela dedicada ao grande e milagroso

Santo português. De imediato os Frades construíram uma residência provisória. O superior desta fraternidade, Frei Vicente do Salvador ficaria famoso e seria chamado Pai da Historiografia Brasileira, porque escreveu a primeira história do Brasil, ou seja, os grandes fatos dos primeiros cem anos da presença portuguesa aqui. No dia 4 de junho de 1608, foi colocada a pedra fundamental do Convento e da Igreja, dedicados ambos a Santo Antônio (...). Este Convento teve intensa atividade até 1740, quando, por ter-se tornado insuficiente, foi substituído por outro, o atual. (...) a partir de 1776, o Convento abrigou uma universidade, reconhecida por alvará régio, cujos professores em sua maioria eram frades, que se haviam doutorado na Europa. O nível dos professores causou profunda admiração à Família Real, chegada ao Rio de Janeiro no dia 7 de março de 1808. Tanto Dom João VI quanto Dom Pedro I costumavam freqüentar o Convento. (...) Santo Antônio do Largo da Carioca entrou na história brasileira como defensor da cidade contra a invasão francesa em 1740.

Esse espaço religioso e cultural é hoje muito conhecido na Cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro como Santo Antônio do Largo da Carioca.

Alguns historiadores insistem em dizer que, na verdade, o Brasil foi descoberto não por Pedro Álvares Cabral, mas sim com a chegada de Dom João VI, pois, até então, não era nada. Com ele, especialmente a Cidade do Rio de Janeiro passa a ser um pólo de irradiação de cultura, economia e política para o Brasil. Durante o tempo em que D. João VI permaneceu no Rio de Janeiro, a população da Capital dobrou, passando de 50 mil para cerca de 100 mil habitantes.

Conclui-se que, durante o período joanino, pouco mudou em relação ao período pombalino na área da educação. Embora, muitos estudiosos, hoje defendam a idéia de que houve um grande esforço do príncipe em oferecer condições que alterassem a organização do ensino primário e secundário, mesmo assim tudo permaneceu como antes.

CAPÍTULO II

A EDUCAÇÃO NO BRASIL MONÁRQUICO

2 A EDUCAÇÃO NO BRASIL DE 1822 A 1889

O povo português estava muito descontente com a demora do retorno da Família Real e, a revolta ainda era maior, pois viam seu país em total abandono. Por isso em 1820, teve início a Revolução Constitucionalista, na cidade do Porto, visando o fortalecimento da Corte, e conseqüentemente o enfraquecimento do absolutismo real. Isto veio apressar a volta do Príncipe, D. João VI a Portugal em 1821, e contribuiu para o processo de emancipação política do Brasil. Um ano depois do seu retorno, também sob pressão, seu filho Dom Pedro I, novo regente, proclama a Independência do Brasil, a 7 de setembro.

No dia 3 de maio de 1823, teve início a Assembléia Constituinte que redigiria a primeira Constituição do Império. Vários setores e personalidades se colocaram contrários à forma como estava sendo encaminhado o projeto constitucional, especialmente os portugueses, o imperador e os democratas. O conflito político começou a esquentar e se generaliza, registrando-se muitos embates entre portugueses e brasileiros, entre D. Pedro e os deputados. Depois de muitas confusões, acusações e conflitos, a representação popular perdeu, pois o imperador mandou, no dia 12 de novembro do mesmo ano, a tropa imperial invadir o plenário, prender e exilar vários deputados, e, por um decreto, dissolveu a constituinte. Este dia passou para a história como a noite da agonia. Justificando sua atitude, D. Pedro, ao dissolver a Constituinte, promete que convocaria outra Assembléia, o que não aconteceu. Todavia, a 25 de março do ano seguinte, em cerimônia solene No Rio de Janeiro, o imperador outorgou a Primeira Constituição Política do Império do Brasil. A Constituição estabelecia o governo monárquico, hereditário, constitucional e representativo. Mas, infelizmente manteve em sua base o escravismo.

Segundo Ribeiro (2000) a Constituição contemplava a gratuidade do ensino a todos os cidadãos, porém os recursos, tanto quantitativos como qualitativos eram insuficientes para a educação. Assim a escola,

especialmente, as de primeiras letras eram reduzidas, e não havia pessoal preparado para o exercício do magistério, e os poucos que atuam não encontram apoio, muito menos amparo.

Ribeiro (2000) diz que D. Pedro I promulga uma lei geral referentes ao ensino público: Projeto de Lei Geral de 15 de outubro de 1827, que determinava a criação de escolas de primeiras letras e institui o ensino primário para o sexo feminino em todas as cidades, vilas ou povoados mais populosos, com o intuito de criar uma rede escolar no Brasil, e baixava determinações sobre formação e contratação de professores.

Foi a primeira e única lei geral para o ensino público elementar até 1946. Lembrando essa Lei de 1827, que em 1963, por meio do Decreto Federal n.º 52.682, foi criado o 15 de outubro como dia do professor.

A segunda e última Lei do primeiro império foi de 11 de agosto, também no ano de 1827, e criou as Faculdades de Direito em São Paulo e Olinda.

Com a abdicação de D. Pedro I, o Brasil passou a ser governado por Regências, pois o infante Pedro contava com apenas 5 anos. O período regencial perdurou de sete de abril de 1831 até o golpe da Maioridade, a 23 de julho de 1840, quando D. Pedro II é coroado como segundo Imperador, com apenas 14 anos.

Durante o período regencial, e, mais especificamente até 1834, todas as decisões sobre educação foram tomadas no Rio de Janeiro e as medidas educacionais referiam-se, sobretudo ao ensino superior.

O Ato Adicional de 1834, introduz algumas alterações na Constituição de 1824, entre elas se destaca a substituição dos Conselhos Gerais pelas Assembléias Legislativas Provinciais. Pelo Ato Adicional foram conferidas às Assembléias, poderes para legislar sobre as divisões civil, judiciária e eclesiástica, bem como a política e a economia dos municípios. O Ato descentralizou a administração pública do Império e, no campo da educação, garantia o ensino primário gratuito em todas as províncias, mas, essa lei não se aplicava à Sede do governo, pois os ensinos primário e secundário do Rio de Janeiro, estavam sob a responsabilidade da Assembléia Geral e do Governo Geral. Já nos demais locais do Império estavam aos cuidados das assembléias legislativas e dos presidentes de cada Província.

Nisso observa-se a inversão das responsabilidades: a constituição de 1824 garantia a gratuidade do ensino, porém, o Ato Adicional de 1834, delegaria às províncias a sua execução. Contudo, somente em 1851, dezessete anos depois, que foi colocado em prática a decisão do Ato Adicional o que diz respeito à educação.

Entre 1835 e 1846 são criadas no Rio de Janeiro, Bahia, Ceará e São Paulo as primeiras escolas normais com duração, de no máximo, dois anos, com a intenção de preparar, urgentemente, professores para atender a demanda.

Os cursos superiores criados desde o primeiro reinado até os primeiros anos do segundo, continuam poucos e isolados, e, com preocupações estritamente profissionalizantes. Mas, de modo geral, só atendiam e formavam a elite brasileira.

O segundo reinado tem seu início com grandes dificuldades, entre elas a crise da educação. Por outro lado a partir dos anos quarenta o café se destacará como cultura e começa a render muitos lucros e dar um grande impulso à economia do país. A partir da evolução do setor cafeeiro crescem interesses internos e externos em torno do capital. As cidades passam a ser vistas como pólos de irradiação e base de expansão do capital interno.

Na área da educação pouca coisa muda. São freqüentes as reclamações quanto à má formação e preparo dos professores. Pesam ainda nas costas deles a falta de assiduidade nos compromissos escolares, pois, são obrigados, pelas circunstâncias, a completar seus orçamentos com outras atividades. Para os críticos da educação, há nesse tempo, uma total desvinculação entre a teoria e a prática. Faltam instituições e pessoas que se preocupam e se dedicam à pesquisa, elaboração e aplicação de bons métodos.

Quanto a economia, o período monárquico passa por uma tranqüila e cômoda situação, mas não consegue dar um atendimento, mesmo que elementar, à população em idade escolar. Os poucos que conseguem vagas nos colégios e liceus, o fazem visando futuramente ingressar no curso superior.

Diante de tudo isso há um crescente desejo de reverter essa situação. Foram feitas muitas propostas e algumas reformas, mas, infelizmente, todas sem muita importância, ou contribuição para mudanças.

A Província de São Paulo foi pioneira em criar uma lei propondo a ordenação e fiscalização em todo ensino público, pela Lei Geral nº. 34, de 16 de março de 1846. Cria, ainda, na mesma data, uma escola normal para a formação de professores na Capital da Província. Três dias antes do Decreto nº. 34, o Presidente da Província havia criado, também, por Decreto, a Lei nº. 33, que criava dois liceus na Província.

A recém criada Escola Normal não previa o cargo de diretor, diferentemente do que acontecia com os liceus e as demais instituições. Mas, em 1847, portanto, um ano mais tarde, a 16 de março, era decretada a Lei nº. 29 que estabelecia os regulamentos dos liceus em São Paulo, e nomeava diretores que deveriam dirigir os Liceus e observar o comportamento dos professores e, remeter ao Presidente da Província relatórios de tudo que diz respeito, tanto ao colégio como aos professores. Além disso, anualmente deveriam mandar relatório detalhado sobre as atividades no colégio, bem como a situação dos alunos e professores, em todos os níveis.

Outra incumbência dada pelo Ato, ao Presidente da Província era de manter os seminários de meninos e meninas, com sede, um Capital e o outro em Itu. Para esses seminários era nomeado um diretor e/ou diretora, que cuidava dessas instituições para o acolhimento e alfabetização dos órfãos da Província.

Em síntese, o período imperial não apresentou avanços no setor educacional. Mesmo com toda fama de intelectual e culto de D. Pedro II, somando-se aos nove anos do governo de seu pai, D. Pedro I, resultou em apenas algumas poucas leis, decretos e resoluções.

No que diz respeito ao ensino primário, assim como nos outros níveis muito se falou após a Independência, mas pouco foi feito. Segundo Peeters; Cooman (1969) D. Pedro I, dissolve a Assembléia Constituinte e, Inspirado na Constituição francesa, de orientação liberal, promulga em 1824, a primeira Constituição brasileira. Nela se proclama enfaticamente à criação de escolas primárias, de ginásios e de universidades. Por mais que se falasse na Assembléia constituinte do precário estado em que se encontrava o ensino nos diversos graus, o que se conseguiu foi inserir na nova Constituição que o ensino primário é gratuito a todos os cidadãos. Pelo menos na teoria, o Brasil

foi o primeiro país do mundo que proclamou a gratuidade do ensino, mas, na prática, nada se fez.

Para Aranha (2005) na dificuldade de encontrar mestres competentes para o ensino o governo adotou, com entusiasmo, o método de ensino monitorial ou mútuo, que ficou, também, conhecido como Lancasteriano. Esse método de ensino sistematizado na Inglaterra no século XVIII pelo quaker Joseph Lancaster (1770-1838) e pelo pastor anglicano Andrew Bell (1753-1832), baseava-se na difusão da formação primária, a partir do aprendizado de muitos alunos, por um único professor. Lancaster havia declarado ao rei da Inglaterra que, sozinho, poderia ministrar o ensino a quinhentos alunos. Para atingir sua meta, faz com que os alunos mais adiantados, tornem-se monitores, para ensinar aos demais. Nesse tempo, o método estava se tornando bastante popular na Inglaterra.

A 1º de março de 1823, foi adotado esse método de ensino no Brasil. Os exercícios na escola eram feitos com regularidade e compasso. Um aluno treinado, chamado decurião ensinava uma decúria, um grupo de dez alunos, sob a atenta observação de um inspetor.

Peeters; Cooman (1969, p. 145) dizem que: “Porém, já em 1833, aparecem os senões do sistema e o ministro Campos Vergueiro confessava não estar disposto a encorajar a fundação de novas escolas deste tipo”. Sabe-se, contudo, esse método sobreviveu durante vinte anos gozando de muito prestígio.

Ainda segundo Peeters; Cooman (1969) em maio de 1826, foram feitas estatísticas sobre o ensino público, em vista de um plano geral de estudos, mas os resultados foram desanimadores, tanto pelo número de escolas, como pela pouca freqüência e da ridícula remuneração aos professores. Um mês depois de conhecidos os resultados das estatísticas, o governo imperial lança um Decreto onde instituiu quatro graus de instrução: Pedagogia, Liceus, Ginásios e Academias. Na pedagogia, se devia aprender a ler e a escrever, os princípios de aritmética, conhecimentos morais, físicos e econômicos indispensáveis. As meninas poderiam freqüentar essas escolas.

Nove anos depois do decreto deveriam, os que quisessem ensinar, ter concluído este primeiro grau. Os livros escolares eram desconhecidos até meados do século XIX. O grande problema era o orçamento, por isso surge a

proposta de aproveitar dos espaços nos conventos de religiosos, pois nesses lugares já funcionavam escolas onde se ensina a leitura, a escrita, a contar, a doutrina cristã, a arte de coser, bordar entre outras coisas.

Para Peeters; Cooman (1969) em 1827, lançado um novo projeto de Lei. Pelo projeto, eram criadas pedagogias em todas as cidades e vilas mais populosas do país e os conselhos provinciais deveriam concretizar esse projeto, bem como preparar o exame de seleção de professores e sua nomeação. Os professores aprovados no exame receberiam um salário de seiscentos contos de réis, anuais, no máximo. Em cada capital foi criada uma escola para formação de professores e, nessas aparece uma grande novidade: era proibido o castigo corporal.

Aranha (2005, p. 152) diz:

O golpe de misericórdia que prejudicou de vez a educação brasileira vem, no entanto de uma emenda à Constituição, o Ato Adicional de 1834. Essa reforma descentraliza o ensino, atribuindo à Coroa a função de promover e regulamentar o ensino superior, enquanto às províncias (futuros estados) são destinados a escola elementar e a secundária. Dessa forma, a educação da elite fica a cargo do poder central e a do povo, confiada às províncias.

Algumas províncias criaram escolas normais. “Niterói foi a primeira cidade a ter seu curso, já no ano seguinte ao Ato” (RIBEIRO, 2000, p. 47). Mas, não tiveram êxito essas escolas, devido a pouca freqüência. Outro motivo que levou ao fracasso foram as dimensões do Brasil. Esse projeto de educação, como muitos outros se perdeu, chegando a resultados desastrosos.

Depois dessa tentativa, por quase um século, nenhuma reforma foi feita ou discutida. E, a falta de professores foi o grande vilão desse fracasso ou marasmo da educação. A própria lei de 1827 não foi posta em vigor. Muitos críticos da época questionavam o porquê do governo imperial não chamar de volta os jesuítas e outras congregações religiosas para ajudar os poderes públicos a dar um novo impulso à educação. Mas, até a República quase nada se fez neste sentido.

Foi criada em 1852 a Inspeção Geral da Instrução Primária e Secundária. Em 1854, pelo Decreto 1331 A, de 17 de fevereiro são reformados os ensinos primário e secundário; os professores, por esse mesmo Decreto, foram credenciados e retomados à fiscalização oficial.

Merece destaque uma Lei de 1857, que manda recusar no Colégio de Artes Mecânicas do Rio Grande do Sul as matrículas de crianças de cor negra, os escravos e pretos, ainda que libertos.

Para Peeters; Cooman; (1969) em 1870, o Ministro Paulino de Sousa, envia relatório às Câmaras, lamentando o completo abandono da educação no Brasil. Ainda neste ano o então imperador, Dom Pedro II, numa carta ao mesmo Ministro, pede que use o dinheiro destinado a construir uma estátua sua, na construção de escolas, o que resultou na edificação das escolas José Bonifácio e José de Alencar, na Cidade do Rio de Janeiro, na época, capital do Império.

Constata-se que, em 1872 apenas 150.000 alunos estavam matriculados em escolas primárias, para uma população de 10 milhões de habitantes, estando uma porção de 66,4% da população, completamente analfabeta.

Segundo Peeters; Cooman (1969) em 21 de outubro de 1875, novo impulso foi dado à criação de Escolas Normais e, em 1880 fundou-se a de São Paulo, que funcionou como escola noturna, freqüentada por rapazes e moças que trabalhavam durante o dia, mas, não vingou. O fracasso se deve, especialmente, à falta de professores, e para substituí-los foram forçados a recorrer a advogados, médicos, engenheiros entre outros profissionais.

Segundo os críticos, esses profissionais poderiam ser competentes em suas áreas, mas, completamente sem habilidades pedagógicas e, também pelo fato da grande ocupação em suas profissões. Para se ter uma idéia de como andava a situação da educação no final do Império, observemos a proposta absurda do Senador Oliveira Junqueira em 1879 que defendia a idéia que certas matérias não deveriam ser aplicadas aos pobres; meninos pobres deveriam ter noções mais simples.

Para Aranha (2005) a Reforma Leôncio de Carvalho em 1879, de orientação positivista, prever normas para o ensino primário, secundário e superior e torna-se revolucionária para a época, pois defende a liberdade do ensino, freqüências, credo religioso e abertura de escolas normais. Torna-se revolucionária e inovadora para a época, pois além de terminar com a proibição da matrícula de escravos, ainda estimula os colégios a buscar novas propostas pedagógicas. De fato foi uma reforma inovadora, mas infelizmente nem todas as propostas se concretizaram.

De acordo com Aranha (2005) em 1882, Rodolfo Dantas apresenta ao Parlamento um projeto de reforma, contudo, nem chegou a ser discutido, apesar do minucioso parecer favorável de Rui Barbosa.

Rui Barbosa foi um dos grandes defensores da idéia de liberdade do ensino, da laicidade da escola pública e ensino obrigatório (ARANHA, 2005).

Essas idéias defendidas por Rui Barbosa faziam parte das normas da Maçonaria Internacional. Mas, apesar da insistência do nosso grande estadista até o fim do império essa idéia não encontrou apoio no Parlamento.

Em 1884 foi criada a Escola de Neutralidade - escola primária de orientação positivista.

No nível secundário existiam ainda no Brasil após a expulsão dos jesuítas alguns estabelecimentos de ensino dirigido pelo clero secular e por religiosos. Em 1770, o Irmão Lourenço, Jesuíta, se refugiou na Serra do Caraça, Província de Minas Gerais, fugindo da perseguição de Pombal. Nove anos depois era erguida no local, a Igreja de Nossa Senhora Mãe dos Homens, a primeira em estilo neogótico do Brasil. O Irmão permaneceu lá até sua morte em 1819. Com sua morte, D. João VI ofereceu à Caraça a Congregação da Missão, fundada em 17 de abril de 1625, em Paris, por São Vicente de Paulo, que viveu entre 1581 a 1660. De acordo com Sodré (1989) o Colégio foi fundado em 1820.

Segundo Sodré (1989, p. 43) o Colégio do Caraça, “cujo nome despertava terror, associado a idéia de instrução à idéia de castigo, característica do escravismo brasileiro”. Foi o primeiro Colégio de ensino secundário criado após a expulsão dos jesuítas e responsável pela formação um bom número da elite intelectual do Brasil, inclusive cinco presidentes, foram alunos do Caraça.

A primeira experiência de organização do ensino secundário aconteceu realmente, em 1837, ano em que o Seminário São Joaquim, no Rio de Janeiro, foi transformado em Colégio Pedro II. Sua criação é mais uma tentativa de ajustar o ensino, sendo seu programa regulamentado no ano seguinte. Contudo, a situação não muda e, ao contrário, se complica.

Aranha (2005, p.154) diz:

Destinado a servir de padrão de ensino. Embora o ensino secundário fosse da alçada das províncias, esse colégio fica sob a jurisdição da coroa, sendo o único autorizado a realizar exames parcelados para

conferir grau de bacharel, indispensável para o acesso aos cursos superiores. Tais distorções fazem com que o ensino secundário se torne cada vez mais propedêutico, havendo ainda a tendência de os demais liceus adequarem seus programas aos do colégio-padrão.

Este colégio foi, durante muitos anos, o único ginásio oficial do Brasil. Mas, após sua criação, muitos colégios particulares foram abertos, e tiveram brilhantes atuações, pode-se destacar o Colégio São Luiz, fundado e dirigido pelos Jesuítas em 1867, na cidade de Itu, na Província de São Paulo, vinte e dois anos após a Ordem receber permissão de voltar ao Brasil. Esse colégio funcionou em Itu, brilhantemente, até 1917, quando foi transferido para a Capital paulista, onde funciona até os nossos dias com o mesmo nome.

Lamentavelmente, muito pouco foi feito pelo ensino secundário no tempo do Império. Do que foi feito destaca-se a Reforma Paulino de Souza e a proposta do Ministro João Alfredo Correia de Oliveira:

A Reforma Paulino de Souza de 1870, tinha o objetivo de fazer com que os estudos realizados no Colégio Pedro II, fossem de caráter formativo, que habilitasse os estudos superiores e que o Colégio competisse com os de orientação protestante.

O ministro João Alfredo Correia de Oliveira em 1873, instalou nas Províncias bancas de exames preparatórios com a finalidade de estimular o desenvolvimento dos estudos secundários dos candidatos nas províncias.

De acordo com Azevedo (apud ARANHA, 2005 p. 153):

A educação teria de arrastar-se, através de todo o século XIX, inorganizada, anárquica, incessantemente desagregada. Entre o ensino primário e o secundário não há pontes ou articulações: são dois mundos que se orientam, cada uma na sua direção.

O nível superior de acordo com Peeters; Cooman (1969) no período monárquico só irá receber alguma atenção durante o tempo das Regências. Foi criado um considerável número de escolas superiores, contudo, não se obedeceu a um plano de conjunto. Os Regentes pensavam na defesa da antiga colônia e as necessidades de ordem material: agricultura, medicina, engenharia entre outras. A falta de organização e de projeto para o ensino superior passou por esse período regencial e perdurou durante todo o Império.

Havia cursos jurídicos em Olinda, São Paulo e, Escolas em Minas, mas, tudo sem embasamento, pela deficiência no primário e secundário. Por isso eram pouco freqüentados, e seus alunos não estavam preparados para se

incorporar ao ensino superior. Até meados do século XX, o Brasil não contava com nenhuma universidade, o que veio acontecer só em 1934, com a criação da Universidade de São Paulo, por iniciativa do governador do Estado, Arnaldo Salles de Oliveira.

Segundo Peeters; Cooman (1969) Dom Pedro II, foi um homem culto e progressista e de boa vontade, mas, terminou seu governo sem realizar projetos eficazes para a educação. Ao ser quando perguntado que profissão escolheria se não fosse Imperador, respondeu que gostaria de ser, mestre-escola. Mas, apesar da sua preocupação com a educação, pouco foi feito durante o seu longo reinado.

As grandes personalidades que se destacaram em todos os setores, nesse período fizeram cursos superiores na Europa.

CAPÍTULO III

A EDUCAÇÃO NO BRASIL REPÚBLICA

3 A EDUCAÇÃO NO BRASIL DE 1889 A LDB DE 1996

O Império chega ao final do século XIX já completamente decadente, e seus projetos, especialmente os econômicos e políticos, não respondem às necessidades do povo, particularmente da classe média. Essa classe é a mais insatisfeita, mas não tem forças para derrubar o sistema de governo, pois não possui meios de produção nem influência política necessária para tanto. Neste contexto os cafeicultores juntaram-se aos militares, pois muitos desses pertencem à classe média, buscam apoio de outros pequenos grupos, também de insatisfeitos e, sem praticamente nenhuma participação popular proclamaram a República em 15 de novembro de 1889.

Segundo Figueira (2005) proclamada a República foi escolhido o Marechal Deodoro da Fonseca, antigo monarquista e amigo do Imperador, para chefiar no Governo Provisório, este escolheu civis e militares de destaque no movimento republicano para compor seu ministério. Entre os civis estavam os poderosos representantes da aristocracia cafeeira de São Paulo.

De modo geral seu ministério era composto por representantes das elites econômicas e políticas do Brasil Floriano Peixoto foi o principal representante dos cafeicultores nos primeiros anos da república. Ele foi vice de Deodoro e, em 1891, assume o governo e fica conhecido como 'marechal de ferro' por sua postura truculenta. As divergências que nasceram com a república, aumentam e geram uma crise entre os aliados, especialmente entre os cafeicultores, e toma uma nova direção: crescem as disputas entre São Paulo e Minas Gerais, e passa para a história como política do café com leite.

A disputa entre os dois grupos é cada vez mais acirrada, mas os barões do café, como são conhecidos os representantes de São Paulo, detêm o poder do capital, e com isso o sistema econômico fica comprometido. Controlam e determinam os projetos políticos nacionais, assim, ditam, também, as normas do sistema eleitoral corrompido para atender os interesses do grupo. Com isso o Brasil torna-se dependente do setor cafeeiro e das finanças internacionais.

Segundo Figueira (2005, p. 300) “assim nasceu a chamada política do café com Leite, por meio da qual a oligarquia mineira e paulista passou a se revezar no poder até 1930”.

Floriano termina seu governo em 1894, e, Prudente de Moraes assume, depois de aprovado por eleições, também neste mesmo ano, sendo o primeiro presidente civil. Com ele a oligarquia cafeeira paulista chega ao poder.

Essa forma de fazer política alternando entre paulistas e mineiros apresenta muitas facetas para sustentar no poder essas oligarquias. Mas, com a crise do café, levando oscilações no preço as coisas mudam radicalmente.

Para Aranha (2005, p. 195):

A quebra da bolsa de Nova York em 1929 afeta o mundo inteiro. No Brasil, desencadeia a crise do café, cujas conseqüências acabam sendo, de certa forma, benéfica, por provocar uma reação dinâmica, com o crescimento do mercado interno e a queda das exportações, o que resulta em maior oportunidade para a indústria brasileira.

A crise obriga o Estado de São Paulo se lançar no setor industrial para atender às necessidades provocadas pelo desenvolvimento urbano. Além do crescimento populacional, verifica-se a crescente entrada de imigrantes que têm seu ponto alto neste período, soma-se, também a migração interna que também é intensa. Com a industrialização e, conseqüente urbanização surge à classe operária que, aos poucos despontam no cenário nacional.

Com a crise vem a Revolução de 1930, e esse período fica conhecido, segundo Figueira (2005, p. 300) de “República oligárquica, República dos coronéis, ou República do café-com-leite. Mais tarde, ele seria chamado de Primeira República, ou República Velha”.

O desenvolvimento urbano traz a exigência de oferecer à população formação, mas o novo regime ainda não está preparado para fazer as reformas no plano educacional que todos aspiravam e consideravam urgentes.

O ideal da república ao nascer era de democratização, a partir da pregação de liberdade e igualdade, mas o tempo passa e nada muda, somente uns poucos têm acesso aos bens e serviços e usufruem de todos os privilégios, enquanto os pobres, maioria da população fica à margem de tudo, inclusive do processo de educação.

O desinteresse do novo regime pela educação está nítido na promulgação da primeira Constituição em 24 de fevereiro de 1891, que é

completamente omissa, não reservando sequer uma linha para falar da obrigatoriedade da escolarização.

Em meio a toda essa situação cresce o número de vozes que pedem reformas na educação. A primeira reforma aconteceu por meio de decreto do então presidente do Estado de São Paulo, Prudente de Moraes, em 12 de março de 1890. O mesmo previa a urgência em formar professores por meio de bons recursos pedagógicos e de conhecimentos científicos do momento. Ainda previa o cargo de Diretor da escola pública com a criação da Escola-modelo, escola de prática de ensino dos alunos normalistas, anexa à Escola Normal. O responsável pela Escola Normal era o professor-diretor. Prudente de Moais “reorganizou a Escola Normal, que deu origem ao Colégio Caetano de Campos”. (PRUDENTE... 2008)

Segundo Ananias, Fonseca e Seco (apud SÃO PAULO, ESTADO, 2000) ainda no Estado de São Paulo, dois anos mais tarde, no dia 8 de setembro de 1892 é assinada a Lei nº. 88, que reforma o ensino público primário e secundário. Essa Lei manteve a estrutura educacional do império, controlando o ensino pela manutenção do Conselho Superior, do Diretor Geral da Instrução Pública e das Câmaras Municipais, todos esses órgãos subordinados ao Presidente do Estado, através da Secretaria do Interior. Determinava que a Escola Normal, a Escola Modelo e a Escola Complementar tivessem cada uma, seu diretor, porém, como reza no artigo 40, o comando delas, em última instância estaria nas mãos do Presidente do Estado, cabendo ao Conselho superior e aos inspetores de distritos a inspeção. No artigo 41, desta mesma Lei determina a criação de um Conselho constituído: um diretor geral, nomeado pelo presidente do Estado; o diretor da escola normal da capital; o diretor da escola modelo; um professor eleito pelos professores públicos primários; dois delegados das municipalidades e um professor eleito pelos professores dos ginásios.

Essa reforma vai mais longe, cria os três graus de ensino: primário, subdividido em preliminar e complementar, secundário e superior. No secundário institui o ginásio, tendo este um diretor nomeado. No Estado de São Paulo a primeira escola secundária foi o Ginásio do Estado, hoje denominado Colégio Estadual São Paulo, criada em 1892.

Uma novidade na Lei nº. 88 permite que os alunos que concluíssem o ensino complementar poderiam lecionar, mesmo sem ter feito o Curso Normal. Esses mestres ficaram conhecidos por professores complementaristas.

Ananias, Fonseca e Seco (apud SÃO PAULO, ESTADO, 2000) dizem: a 27 de novembro de 1893, o regulamento de Instrução Pública aprova para execução das Leis 88, de 8 de setembro de 1892 e 169, de 07 de agosto de 1893, por ele delega ao presidente do Estado todo poder do ensino, sendo assessorado por: Secretário do Interior; Conselho Superior; Diretor Geral da Instrução Pública; Inspetores de Distrito e Câmaras Municipais.

De acordo com Ananias, Fonseca e Seco (apud SÃO PAULO, ESTADO, 2000) um novo Decreto Estadual de nº. 248 é feito em 26 de setembro de 1894, que cria o Grupo Escolar com uma nova proposta pedagógica, onde o ensino passa a ser seriado, com classes homogêneas, num mesmo prédio e, sob uma mesma direção com métodos pedagógicos modernos e com um professor para cada classe. Cabe ao Presidente do Estado escolher e nomear entre os professores formados pela Escola Normal, ou na falta desses, por complementaristas para o cargo de diretor do Grupo Escolar. Esta é uma forma dele administrar, supervisionar e controlar o ensino.

Diversas são as atribuições dos diretores das escolas complementares e Modelo, porém, não estão explícitas no regulamento. Para Ananias; Fonseca; Seco (apud SÃO PAULO, ESTADO, 2000) quanto ao diretor da Escola Complementar, o decreto determina que morasse com a família na instituição, não podendo se ausentar, de forma alguma, durante o horário de trabalho.

Infelizmente os projetos educacionais da política republicana não galgaram êxitos, como também não resolveram os velhos problemas da educação.

A educação na Primeira República passou por algumas reformas, sendo a primeira logo após a Proclamação da República no governo Provisório do Marechal Deodoro da Fonseca quando cria o Ministério da Instrução Pública, Correios e Telégrafos, tendo Benjamin Constant Botelho de Magalhães como seu primeiro ministro. Porém, em 1892, no governo de Floriano Peixoto, esse ministério é extinto e a educação passa a ser uma diretoria do Ministério da Justiça e Negócios Interiores, tendo Inocêncio Serzedelo Correia, interino, e Alexandre Cassiano do Nascimento como seus ministros. Em 1894, ainda no

governo de Floriano, a educação ganha de novo status de ministério com a criação do Ministério da Instrução Pública.

É bom lembrar que, em apenas dois anos de governo republicano, passaram pelo ministério da Instrução pública quatro ministros. São eles: Benjamin Constante Botelho de Magalhães, João Barbalho Uchoa Cavalcanti, José Higino Duarte Pereira (interino) e Fernando Lobo Leite Pereira.

Entre as reformas da Primeira República destaca-se a reforma de Benjamin Constant 1890 - surge pelo Decreto 510, artigo 62, item 5º, do Governo Provisório. Prevê como princípio básico a liberdade e a laicidade do ensino, opondo-se ao ensino religioso e a gratuidade do ensino primário. Quando promulgada a primeira Constituição republicana esse princípio básico será confirmado.

Na década de 20 acontecem em alguns Estados, reformas no ensino são elas: Sampaio Dória, em São Paulo, 1920; Carneiro Leão inicia reforma educacional no Rio de Janeiro; Lourenço Filho, no Ceará, 1923; Anísio Teixeira, na Bahia, 1925; Francisco Campos e Mário Casassanta, em Minas, 1927; Fernando de Azevedo, no Rio de Janeiro, 1928 e por fim a de Carneiro Leão, em Pernambuco 1928.

Segundo Azevedo (apud ARANHA 2005, p. 155) “a taxa de analfabetismo no Brasil atingia em 1890 a cifra de 67,2%, herança do período imperial que a República não conseguirá reduzir senão a 60,1%, até 1920”. Contudo, o Anuário Estatístico do Brasil, afirma que em 1900, o índice de analfabetismo já tinha dado um salto para 75% da população.

Para Peeters; Cooman (1969, p. 146):

Os primeiros anos do novo regime não apresentaram condições favoráveis às reformas que todos consideravam urgentes no plano educacional. Em 1894, foi criado o Ministério da Instrução Pública. Naquela época havia, excetuando-se as crianças abaixo da idade escolar 67% de brasileiros totalmente analfabetos. A Constituição de 24 de fevereiro de 1891 banuiu inteiramente o ensino religioso das escolas, bem como a assistência religiosa nos quartéis, nos hospitais e nas prisões, blasonando, no entanto da sua intenção de civilizar e moralizar o Brasil.

Na verdade as medidas tomadas na Constituição em relação à religião foi um acordo feito entre positivistas e liberais com a intenção laicizar o ensino nos estabelecimentos oficiais. Começa também nesse tempo a separação entre a Igreja Católica e o Estado.

A constituição dá autonomia aos Estados, mas, no campo educacional o governo federal abandona totalmente o ensino primário. Com isso os Estados mais avançados se preocupam em abrir escolas, mas infelizmente a maior parte não deu importância, deixando a educação à margem.

De acordo com Peeters; Cooman (1969) o desenvolvimento do ensino foi fraco nos primeiros anos da República. A situação só começa a mudar no início do século XX, com a criação de grupos escolares nas cidades. O Estado de São Paulo que já tinha uma escola normal na capital abrirá mais nove em vários lugares. Preocupados, um grupo de grandes educadores colaborou consideravelmente para levantar o nível do ensino popular no Brasil. Contudo, esses benefícios quase não chegaram à zona rural que, continuava mal servida de escolas.

Ainda para Peeters; Cooman (1969) em 1927, Júlio Prestes, Presidente do Estado de São Paulo sanciona a Lei nº. 1884, que determina a criação de escolas normais livres, pois até então era monopólio do Estado. Assim surgem em várias partes do Estado tais escolas, tanto por iniciativa do governo como de particulares. Com isso a rede de ensino primário cresce, mas, infelizmente, esse crescimento não chega à zona rural que, continua a reboque do processo, pois as distâncias e as condições oferecidas são grandes empecilhos. Não faltam mais professores, contudo, falta verba para abertura das escolas rurais.

Peeters; Cooman (1969) dizem que o ensino primário em nível nacional, começou sob a orientação do pedagogo Lourenço Filho, entre 1920 e 1930, a conhecer a Escola Nova, método de ensino do filósofo americano John Dewey.

O ensino secundário estava aos cuidados do governo federal, mas a precariedade era grande, pois eram grandes as lutas políticas e as dificuldades ligadas à organização e estruturação do novo regime.

Durante o período da Primeira República serão feitas quatro reformas no ensino secundário, em nível nacional, são elas:

Código de Eptácio Pessoa ou Código dos Institutos Oficiais de Ensino Superior e Secundário, esboçado em 1901, estabelece condições para equiparações das instituições particulares. Na sua proposta inclui a lógica entre as matérias e retira a biologia, a sociologia e a moral, acentuando, assim, a parte literária em detrimento da científica.

Niskier (1969, p. 59) diz que: “permitia o acesso do elemento feminino aos cursos secundários e superiores”.

No primeiro ano desse Código, estando à frente do ministério Amaro Cavalcanti, Niskier (1969, p. 59) diz que:

Houve uma tentativa de flexibilidade no ensino secundário: criou-se um tronco comum de dois anos, com desdobramento a seguir de dois outros – o primeiro chamado realista, em quatro anos; o segundo chamado clássico, em cinco anos, havendo diferença de cargas horárias, com o curso realista possuindo um currículo menos denso do que o outro.

Esse Código vigorou por dez anos, sendo substituída pela reforma de Rivadávia Correa.

Reforma Rivadávia Correa, também conhecida por Lei Orgânica de Rivadávia Correa e data de 1911. Seu objetivo era fazer com que o curso secundário fosse formador e não só promotor para o nível seguinte. Está contida nela a idéia positivista de liberdade de ensino. Defende o fim do diploma, conferindo aos alunos que concluíssem cursos, um certificado e institui os exames de admissão ao ensino superior para as faculdades. Estabelece o ensino livre retirando do Estado o poder de interferência na área da educação. Foi considerada uma reforma complexa e com traços contraditórios, por isso não alcançou seus objetivos, durando apenas quatro anos, o suficiente para semear resultados desastrosos.

Reforma de Carlos Maximiliano, surge em 1915, segundo Niskier (1969) com objetivo de por fim a Reforma de Rivadávia Correa; faz o ensino secundário e superior voltar à condição de estabelecimentos oficiais; propõe o sistema dos exames vestibulares, com preparatórios parcelados, que irão perdurar até 1925. Para os críticos o preparatório parcelado acompanha o modelo anglo-saxônico da época.

Reforma Rocha Vaz, para Niskier (1969) por ela a União e os Estados podem fazer acordos financeiros para desenvolver o ensino elementar; o secundário passou a ter a duração de seis anos, porém cumprindo séries o aluno pode prestar os exames vestibulares. Ainda por essa reforma é criado o Departamento Nacional de ensino, o qual está subordinado ao Ministério da Justiça, e substitui o Conselho Superior de Ensino pelo Conselho Nacional de Ensino.

Críticos da educação e historiadores dizem que na verdade por trás dessa reforma estava o interesse do governo em por fim a reforma anterior e, ao mesmo tempo acabar com os protestos de estudantes contra o governo do presidente Artur Bernardes, e para isso institui a matéria de Educação Moral e Cívica.

De acordo com Niskier (1969, p. 60):

Todas essas reformas não ajudaram a educação a ganhar uma posição segura. Havia uma evidente discrepância entre as nossas necessidades educacionais e os métodos utilizados. Já então a massa de analfabetos preocupava seriamente, enquanto a política partidária interferia bastante, obstaculando o avanço necessário.

Assim como o ensino primário secundário, o superior também estava sob a tutela do governo federal. Segundo Peeters; Cooman (1969) era sonho de D. João VI criar uma Universidade no Brasil, o que veio acontecer noventa e nove anos após sua volta a Portugal. Coube ao presidente Epitácio Pessoa, a criação a 7 de setembro de 1920, da Universidade do Rio de Janeiro. Ela teve seu nome mudado para Universidade do Brasil em 5 de julho de 1937, na fusão com a Universidade do Distrito Federal. Novamente em 1965, o governo militar muda seu nome para Universidade Federal do Rio de Janeiro, e por fim, a 30 de novembro de 2000, ganha na justiça o direito de voltar o nome de Universidade do Brasil. (UNIVERSIDADE..., 2008)

Voltando um pouco à história vamos descobrir que foi o setor privado quem criou o primeiro curso superior no Brasil. Os responsáveis por essa iniciativa, segundo Peeters; Cooman (1969) foram monges Beneditinos de São Paulo, ao criar, em 1908 a Faculdade de Filosofia, nas dependências do Colégio São Bento, anexo ao Mosteiro. A faculdade beneditina era filiada à célebre Universidade de Lovaina, da Bélgica, e estava confiada a direção técnica ao Monsenhor Sentroul, sacerdote e professor belga, titular da mesma Universidade. Essa Faculdade será o embrião da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, que virá ser criada em 1946.

Por este tempo vão surgir, também, em diversas partes do país universidades oficiais com a finalidade de formar professores para o ensino secundário. Como afirmam Peeters; Cooman (1969, p. 150):

Com efeito, teoricamente ao menos não é mais permitido o exercício do magistério nos ginásios e colégios oficiais aos que não possuam o diploma de licenciado pelas faculdades, e mesmo não sejam aprovados em concurso de títulos e provas. O punhado de professores

nestas condições, e, a rápida multiplicação dos ginásios e colégios torna em parte ineficaz esta medida, e são muitos os estabelecimentos de ensino médio que lutam com a escassez de professores idôneos.

O fim da primeira república é marcado pela tomada do poder por Getúlio Dornelles Vargas, que fora derrotado nas eleições por Júlio Prestes, em 1930. Os anos que seguem irão trazer grandes mudanças para o ensino no Brasil.

A chamada segunda República tem início com o governo de Vargas. Um ano após estourar a Crise Econômica Mundial no Brasil, uma Revolução leva ao poder Vargas. Ambas determinariam a entrada do Brasil no mundo capitalista de produção. Mas, para entrar nesse novo modelo econômico, o país precisará de mão-de-obra especializada, por isso grandes investimentos são feitos no mercado interno, na produção industrial e, concomitantemente na educação.

Capacitar pessoal para atender a demanda é o principal objetivo do governo, por isso, já no seu primeiro ano de governo, Vargas extinguiu o Ministério da Justiça e Negócios Interiores, ao qual estava subordinada a pasta da educação, e pelo decreto 19.402, cria o Ministério da Educação e Saúde Pública, sendo Francisco de Campos o ministro dessa nova pasta.

Em 1931, o governo provisório sanciona uma série de decretos para organizar o ensino secundário e as universidades brasileiras, que praticamente não existiam. Esses decretos serão conhecidos como Reforma Francisco Campos.

Essa reforma segundo Peeters; Cooman (1969, p. 149):

Esta reforma pôs fim ao monopólio do Estado e estabeleceu as condições para reconhecimento de estabelecimentos particulares. Quanto aos programas eram de extensão exorbitante, muito acima da capacidade normal de adolescente. O ginásio abrangia cinco séries. Deu ao estudo das humanidades clássicas um lugar totalmente insignificante, e uma preponderância enorme à técnica e às ciências exatas.

Neste mesmo ano, por Decreto Getúlio introduz o ensino da religião no currículo das escolas oficiais primárias, secundárias e normais em todo Brasil, podendo ser dispensado somente os alunos cujos pais requeressem.

Em 1932 é publicado o Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova, estando à frente Fernando Azevedo e assinado por 26 educadores.

Segundo Aranha (1996, p. 198):

O documento defende a educação obrigatória, pública, gratuita e leiga como um dever do Estado, a ser implantada em programa de âmbito

nacional. Critica o sistema dual, que destina uma escola para os ricos e outra para os pobres, reivindicando a escola básica única.

O governo Provisório de Vargas vai se estendendo e gerando muita instabilidade, crescendo ao mesmo tempo o número dos insatisfeitos que clamam por uma nova constituição. Em 1932, explode em São Paulo a Revolução Constitucionalista que marcará consideravelmente a vida política do Estado e terá grande impacto no país.

Para Bello (1998) no mesmo Estado de São Paulo, em nível educacional surge em 1933, outra tentativa de mudança com a criação do Diretor Geral da Instrução. A grande novidade dessa nova reforma é uma nova orientação à educação rural e reformava o ensino.

A política nacional toma um novo rumo em 1934, com a promulgação da segunda Constituição Republicana por Getúlio Vargas. Essa Constituição, ao contrário da primeira, não pode ser omissa nas questões da educação, pois houve um intenso debate entre dois grupos que representavam o pensamento educacional, liberalismo e o tradicionalismo católico. Segundo Niskier (1969) os representantes do liberalismo ou reformadores apoiavam-se nas propostas da Escola Nova inspiradas nas teorias pedagógicas de Dewey, Claparède e Durkheim. O segundo grupo, também chamados de espiritualistas, combate o laicismo presente nas teorias pedagógicas e, propunham métodos novos de orientação católica.

Do que diz respeito à educação a Constituição fica a reboque desses dois grupos. Como o resultado para a educação, destaca-se: contempla a educação como direito de todos, e, devendo ser ministrada pela família e pelos poderes públicos; surge a novidade do subsídio do governo para o ensino privado, ou seja, prevê isenção de qualquer tributo para as instituições de ensino particular, desde que fossem reconhecidas como idôneas e aparece pela primeira vez a determinação de que em todos os estabelecimentos, oficial e privado, o ensino fosse ministrado em português, idioma oficial do país.

Niskier (1969) diz que: os debates entre esses dois grupos vão perdurar até 1937, ano do advento do Estado Novo, que definira outra linha de conduta.

Neste mesmo ano de 1934 dois grandes acontecimentos se dão no âmbito educacional no Rio de Janeiro e São Paulo. No Rio, Anísio Teixeira, responsável pela Diretoria da Instrução Pública do Distrito Federal, cria a

Universidade do Distrito Federal, que em 5 de julho de 1937 é transformada em Faculdade Nacional de Filosofia da Universidade do Brasil. Em São Paulo, por iniciativa do governador Armando Salles de Oliveira é criada a Universidade de São Paulo. Primeira a ser criada e organizada três anos após o Decreto 19.851, que criava as Normas e Estatutos das Universidades Brasileiras.

Neste mesmo tempo o governo passa por grande instabilidade política. Vargas aproveitando da situação dá um golpe de estado, instala o chamado Estado Novo e outorga uma nova Constituição.

O mandato de Getúlio Vargas terminaria em 1938, mas, com o golpe permanece governando, agora, como ditador. Para justificar o golpe, tenta convencer o povo da ameaça comunista, chamada por ele de perigo vermelho. Esse regime inspiração fascista será chamado de Estado Novo e se sustentará até 1945.

O início do Estado Novo é marcado pela terceira Constituição da república, escrita por Francisco Luiz da Silva de Campos e outorgada por Getúlio Vargas em 10 de novembro de 1937. Esta passará para história conhecida como Constituição Polaca, chamada assim por Assis Chateaubriand, pois dizia ser uma cópia da Constituição da Polônia, imposta àquela nação em 1935, pelo ditador Jozef Klemens Pilsudsky, 1867 a 1935.

No que diz respeito à educação, Niskier (1969) diz que mantém os principais pontos da Constituição de 34, ou seja, cabe ao governo federal traçar as diretrizes da educação em todo país e fixar o plano nacional de educação; criação do Conselho Nacional e dos Conselhos Estaduais de Educação; determina a aplicação de nunca menos de 10% da parte dos municípios e nunca menos 20% da parte dos Estados, da renda relativa aos impostos para a manutenção e desenvolvimento dos sistemas educativos.

Para Niskier (1969) a nova Constituição ressalta que o ensino deve ser pré-vocacional e profissional. Consagra a gratuidade e obrigatoriedade do ensino primário, mas, estranhamente diz que o ensino técnico destina-se às classes menos favorecida. Determina como obrigatório o ensino de trabalhos manuais em todas as escolas normais, primárias e secundárias. Determina, ainda que o ensino seja livre, podendo está nas mãos da iniciativa individual, associação ou pessoas coletivas públicas e particulares.

Tem-se nesse momento um grande corte na sociedade brasileira, ou seja, o trabalho intelectual deve está ao alcance da classe mais abastada, ao passo que o trabalho manual, especialmente o ensino profissional, para a classe pobre. Niskier (1969, p. 61) questiona dizendo: “Qual o pai que desejaria inscrever o seu filho num ensino destinado a classes menos favorecidas? A idéia de ascensão social através da escola ficaria prejudicada”.

A obrigatoriedade do idioma que foi uma novidade na Constituição anterior, nesta é retirado.

Quanto à sua participação do Estado diz que não ficará estranho a esse dever, mas irá colaborar de forma total ou subsidiária para facilitar na execução ou suprir as deficiências e lacunas da educação particular. Quanto ao ensino religioso, a Constituição deixa mais livre, dizendo que poderá ser contemplado como matéria das escolas oficiais primárias, secundárias e normais, porém é retirado dos cursos profissionais.

A Constituição mantém artigo que permite a colaboração recíproca em prol do interesse coletivo entre o Estado e Igrejas e cultos.

Para estudiosos e críticos da educação o Estado Novo foi um tempo de estagnação para a educação no Brasil. Os ganhos e avanços conquistados no movimento renovador que influenciou consideravelmente a Constituição de 1934 foram derrubados nesta pela imposição de Vargas. E mais, que nela foi tirada toda a responsabilidade do governo sobre a educação.

Neste contexto são criados a União Nacional dos Estudantes (UNE) e o Instituto de Estudos Pedagógicos (INEP).

Segundo Bello (1998) em 1942, o Ministro da Educação, Gustavo Capanema faz uma reforma em alguns ramos do ensino. Essas reformas serão chamadas de Leis Orgânicas do Ensino ou Lei Capanema, criadas por Decretos-Lei. Por eles foram criados: SENAI, Serviço Nacional de Aprendizagem em 22 de janeiro, nº. 4.048; regulamentação do ensino industrial em 30 de janeiro, nº. 4.073; regulamentação do ensino secundário, em 9 de abril, nº. 4.244; obrigatoriedade dos estabelecimentos industriais empregarem 8% dos operários matriculados nas escolas do SENAI em 16 de julho, nº. 4.481; amplia o SENAI para atingir o setor dos transportes, comunicações e pesca em 7 de novembro, nº. 4.436; obriga as empresas oficiais com mais de 100 empregados a manter, por sua conta, uma escola de aprendizagem

destinada à formação profissional de seus aprendizes, em 21 de novembro, nº. 4.984.

Para Peeters; Cooman (1969) a Lei Capanema respondeu às aspirações da corrente que desejava a volta dos estudos clássicos e formadores de personalidade. O curso secundário abrange dois ciclos: o ginásio, cuja duração é de quatro anos, e o colégio, foi subdividido em clássico e científico. A Lei Capanema trouxe muitas modificações benéficas, entre elas abolição de atitudes cimentadas e que não desejavam mudanças. Mas, infelizmente as forças contrárias às inovações fizeram de tudo para enfraquecer e reduzir a Lei, a mera coadjuvante da educação. Em todos os cantos surgem os colégios e ginásios totalmente gratuitos, mas sem muita estrutura, acabaram por ser transformados em grandes problemas, o que gerou uma lastimável crise educacional, fazendo de um lado escassear os bons professores, e de outra correram para os estabelecimentos oficiais alunos totalmente despreparados e sem ou com pouquíssima formação cultural.

A estrutura educacional nesta época era assim: cinco anos para o primário, quatro anos para o ginásio e três para o colegial, podendo este último ser na modalidade clássico ou científico.

Sobre este momento diz Oliveira (2005): De 25 de setembro a 4 de outubro de 1943 aconteceu a I Conferência de Ministros e Diretores de Educação das Repúblicas Americanas em Havana, Cuba. O Brasil foi representado pelo então Ministro da Educação Gustavo Capanema. Resultaram dessa Conferência soluções comuns e entendimentos com autoridades internacionais em função de cooperação entre países, por meio de convênios. Entre o Brasil e os Estados Unidos da América, EUA, foi estabelecido, através do Office of Inter-American Affairs, convênio em favor do Ensino Industrial Brasileiro, assinado em 3 de janeiro de 1946 e, entrou em vigor em 3 de setembro de 1946, pelo Decreto-Lei 9.724.

Oliveira (2005, p. 6) diz:

O programa foi atacado nos E.U.A. por ser uma forma de transferir recursos para o resto do mundo e criticado por brasileiros, por ser uma intervenção estrangeira no nosso país representando uma ameaça à nossa independência. (...) O acordo entre o Ministério da Educação e Cultura, e o The Office of Inter-American Affairs, representava um alto investimento para os dois países, porém, altamente rentável para as partes contratantes. A totalidade dos investimentos deveriam ser gastos no período de vigência do acordo, que era de setembro de 1946

a 30 de julho de 1948. Tendo em os grandes avanços, o acordo foi prorrogado em 1948, pela primeira e, diversas vezes até 1963. O órgão responsável para a execução do programa ficou a cargo da Diretoria de Ensino Industrial, cujo diretor era o Dr. Francisco Montojos, quanto à parte americana representada por John B. Griffing da Inter-American Foundation.

Em 28 de dezembro de 1943, dentro do espírito da Reforma Capanema é baixado o Decreto-Lei 6.141, que regulamenta o ensino comercial. Todavia, o SENAC, Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial, só foi criado em 1946, já no pós Estado Novo. (BELLO, 1998)

Getúlio está no poder a quinze anos, sendo oito deles como ditador. Sua situação política começa a ficar insustentável, mas segundo Figueira (2005) ele não está disposto a deixar o poder, e recebe apoio de lideranças sindicais respaldadas pelo Partido Comunista, que promovem manifestações gritando o slogan queremos Getúlio, movimento que ficou conhecido por querismo. Contudo, não foi suficiente para manter o ditador no poder, e a 29 de outubro de 1945 os generais Góis Monteiro e Eurico Gaspar Dutra, contrariando as manifestações, depuseram Getúlio do poder, chegando, dessa forma, o fim do seu longo governo ditatorial e do Estado Novo.

Com a queda de Getúlio, o governo é ocupado interinamente por José Linhares, presidente do Supremo Tribunal Federal que, promoveu as eleições em dezembro do mesmo ano.

Nesse período de transição política ocupa o Ministério de Educação e Saúde Pública Raul Leitão da Cunha, que nos poucos meses de gestão, de 30 de outubro de 1945 a 31 de janeiro de 1946, regulamentará o ensino primário pelos Decretos-Lei números 8.529 e 8.530, respectivamente os ensinos Primário e Normal, ambos a 2 de janeiro e o SENAC, em 10 de janeiro, sob números 8.621 e 8.622. (BELLO, 1998)

É bom lembrar que a criação do SENAC já havia sido proposto na Reforma Capanema, que por sua vez fazia parte de reivindicações populares após a Revolução de 1930.

Eurico Gaspar Dutra é eleito presidente em dezembro de 1945, e é empossado em 31 janeiro do ano seguinte. Para Aranha (2005, p. 195): “começa a Segunda República, também chamada de República Populista, e que se estende desde a deposição de Getúlio em 1945 até o golpe militar de 1964”.

Há nesse momento um anseio por mudanças profundas, de uma redemocratização, mas para tanto era necessário e urgente uma nova ordem constitucional. O novo congresso recebeu a incumbência de escrever a nova constituição. E a 18 de setembro de 1946, quase um ano, portanto, da queda de Vargas, foi promulgada a quarta Constituição do Brasil. De cunho liberal e considerada a mais democrática das constituições que o país tivera, mesmo com muitos aspectos conservadores, ela não deixou de ser ilegal, pois depois de oito meses da sua redação, foi promulgada, ou seja, imposta sem nenhuma participação popular.

Essa Constituição dura por quase vinte anos, quando por um novo golpe, militar, em 1964, perde sua validade. Contudo, esta Constituição sofreu uma Emenda em 1961, quando foi implantado o parlamentarismo, mas devido às freqüentes crises causadas pela renúncia de Jânio Quadros, fez com que se realizasse um plebiscito, onde se optou pela volta do presidencialismo.

Para Niskier (1969) no que diz respeito à educação a constituição determina a obrigatoriedade do ensino primário para todos e em língua pátria, e, gratuito se for oficial. Quanto à iniciativa privada é livre, desde que respeite as leis que regulam a educação. O ensino religioso é incluído como matéria, porém não especifica em que graus, mas sua matrícula é facultativa, ministrada de acordo com a confissão religiosa manifestado por ele, e for capaz, ou por seu representante legal ou responsável. Professores do ensino oficial secundário e superior terão que passar por concurso que, se admitidos terá assegurada à vitaliciedade. Anualmente a União, Estados e Municípios terão que aplicar verbas para a manutenção do ensino. Ainda deixa expresso que compete à União legislar sobre diretrizes e bases da educação nacional.

De acordo com Niskier (1969, p. 71):

A Constituição de 1946 foi um instrumento notável de democratização do ensino, tendo sido marcada pela preocupação de servir à educação e aos ideais de liberdade, o que se pode explicar por dois fatos marcantes: ela foi celebrada logo após o término da ditadura de 15 anos e o final da II Guerra Mundial, em que o Brasil se empenhou para defender a democracia. Nela se inspirou a Lei de Diretrizes e Bases da Educação nacional, que foi aprovada em dezembro de 1961, depois do que convencionou chamar de “guerra dos 13 anos”, que foi o tempo de sua discussão no Congresso Nacional.

Logo após a promulgação da Constituição teve início os trabalhos para a reforma da educação nacional. Coube inicialmente ao ministro Clemente

Mariani Bittencourt recolher as propostas oriundas da Constituição e a partir delas criou uma comissão para elaborar um anteprojeto e escolhe Manoel Bergström Lourenço Filho para presidente da mesma, que organiza três subcomissões para pensar os ensinos primário, médio e superior.

Na Câmara o Projeto permaneceu por 13 anos, onde recebeu muitas alterações, até receber redação final do Deputado Carlos Lacerda, e, em 20 de dezembro de 1961, foi promulgada pela Lei nº. 4.024, que estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional, porém 25 artigos foram vetados pelo presidente João Goulart, mas, aprovados mais tarde pelo Congresso.

Do governo de Dutra destaca-se, ainda no setor da educação a fundação a 13 de agosto de 1946 da Universidade Católica, a partir da fusão da Faculdade de Filosofia e Letras de São Bento e a Faculdade Paulista de Direito, sendo reconhecida como Universidade no dia 22 de agosto do mesmo ano, recebendo da Igreja no ano seguinte pelo Papa Pio XII, o título de Pontifícia, tornando Pontifícia Universidade Católica, PUC. Foi a primeira Universidade de orientação Católica no Brasil. Pouco tempo depois é fundada a do Rio de Janeiro, seguida pelas de Porto Alegre, Recife e Belo Horizonte; regulamentação do ensino agrícola, pelo Decreto-Lei 9.613, de 20 de agosto e a criação em 1949, da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência, SBPC.

Segundo Figueira (2005, p. 370) “Nas eleições de 1950, Getúlio Vargas retornou ao poder, elegendo-se presidente da República pelo PTB, com 48,7% dos votos”. Toma posse em 31 de janeiro de 1951, afirmando ter voltado ao poder pelos braços do povo.

No seu novo governo a educação e a saúde, têm cada qual sua pasta. Ficando assim: Ministério da Educação e Cultura e Ministério da Saúde. A educação passa, pela primeira vez na história do Brasil, a ser gerenciada por um Ministério próprio.

O governo de Vargas foi interrompido no dia 24 agosto de 1954, por suicídio com um tiro no coração, em seu quarto no Palácio do Catete no Rio de Janeiro. Um trecho da carta que deixou dizia: “(...) Nada receio. Serenamente dou o primeiro passo no caminho da eternidade e saio da vida para entrar na História” (COTRIM, 2005 p. 548). Em torno de sua morte ainda paira um grande mistério.

No lugar de Vargas assume no mesmo dia de sua morte, seu vice, José Fernandes Campos Café Filho. Este deveria completar o mandato que terminaria janeiro de 1956, mas foi deposto em 8 de novembro de 1955.

A 31 de janeiro de 1956 tem Início o Governo de Juscelino de Oliveira Kubitschek. Não se tem grandes novidades nesse período no que se refere à educação, pois o governo centrou forças para a Construção de Brasília, a nova capital do Brasil.

Para Figueira (2005) com o fim do mandato de Juscelino, assume o poder em 31 de janeiro de 1961, Jânio da Silva Quadro, mas, apenas sete meses depois, em 25 de agosto renuncia ao cargo. Seu vice João Goulart, também conhecido por, Jango, foi impedido de assumir pelos ministros militares por considerá-lo comunista e estava em visita à China, assim nomearam o deputado e presidente da Câmara Pascoal Ranieri Mazzilli, como presidente interino.

O Congresso em tom conciliatório propõe a adoção o sistema parlamentarista, e conseqüente redução dos poderes presidenciais, por fim os militares permitiram que João Goulart assumisse o governo, o que se deu em 7 de setembro de 1961, tendo Tancredo Neves como Primeiro-ministro. A experiência parlamentarista deveria permanecer até 1965, quando um plebiscito decidiria pela sua continuidade ou a volta do presidencialismo, porém essa decisão foi revogada pela antecipação do plebiscito em 6 de janeiro de 1963.

Em meio a todos esses transtornos políticos foi estabelecida a 20 de dezembro de 1961, pela Lei nº. 4.024 as Diretrizes de Bases da Educação Nacional que já tramitava no Congresso há 13 anos.

A LDB determina que a educação seja um direito e, deve ser assegurado pelo poder público, reforçando principalmente a obrigatoriedade do ensino primário para todos, porém a criança só poderá ser matriculada a partir dos 7 anos de idade. No que diz respeito ao ensino religioso determina que seja disciplina para as escolas públicas, mas, não especifica os graus; é de matrícula facultativa, e deverá ser ministrada sem despesas para os cofres públicos. Ainda determina a liberdade da iniciativa privada de atuarem em todos os níveis da educação.

Essa abertura para a iniciativa privada abre precedentes para que nos Estados se expandisse as escolas particulares de maneira a oferecer ensino que o Estado não podia garantir, e conseqüentemente enfraquecerá a escola pública.

Para Ribeiro (2000) a Igreja Católica e os empresários da educação tiveram fortes embates com os grupos que defendiam o total monopólio do Estado no ensino e, muitas de suas reivindicações foram contempladas. Mas, apesar dos muitos debates, discussões e controvérsias, e mesmo com toda a demora que levou o projeto, de acordo com Peeters; Cooman (1969, p. 150) “a Lei constituiu um primeiro passo para a plena desejável democratização do progresso educacional brasileiro”.

Simultaneamente à promulgação da LDB, surge o Método de Educação Popular do professor Paulo Freire. Esse Método foi inicialmente aplicado pela Prefeitura de Natal, no Rio Grande do Norte, com a Campanha de Alfabetização “De Pé no Chão também se Aprende a Ler”. Que consistia alfabetizar em 40 horas, adultos analfabetos.

Surgem, também, nessa época os Centros Populares de Cultura, ligados à União Nacional dos Estudantes; ao Movimento de Educação de Base (ligado à Conferência Nacional dos Bispos do Brasil) e ao governo da União.

Em 1962, foi criado o Conselho Federal de Educação, em cumprimento ao artigo 9º da Lei de Diretrizes e Bases. Este vem substituir o Conselho Nacional de Educação. No mesmo ano são criados os Conselhos Estaduais de Educação, o Plano Nacional de Educação, e o Programa Nacional de Alfabetização, estes dois últimos pelo Ministério da Educação e Cultura, seguindo a proposta do Método Paulo Freire.

Segundo a Diocese de Juazeiro (1983) o Movimento de Cultura Popular, MCP, orientado por Paulo Freire começou suas primeiras experiências de educação popular por volta de 1961, no Bairro Dona Olegarina, periferia de Recife. Começou com cinco alunos, mas dois desistiram. Mas, a experiência considerada pioneira foi a de Angicos e Mossoró, no Rio Grande do Norte em 1962. Esse método teve lavradores como os primeiros a passarem por essa experiência no MCP, sendo alfabetizados, de dentro para fora, através de seu próprio trabalho. Do Rio Grande do Norte, o Método foi para João Pessoa, na Paraíba, depois se estendeu para Sergipe e Bahia. Do Nordeste foi levado para

o Rio de Janeiro, São Paulo e Brasília, dando sentido e novo impulso a educação e cultura popular.

Para Diocese de Juazeiro (1983) os resultados dessa iniciativa impressionaram consideravelmente a opinião pública. A partir daí decidiu-se levar o Método a todo Brasil, com o apoio do governo federal. Assim de junho de 1963 a março de 1964, foram realizados cursos de formação de coordenadores na maior parte das capitais dos Estados. Consta que só no então Estado da Guanabara se inscreveram mais de 6.000 pessoas. No Plano de ação elaborado para 1964, previa a instauração de 20 mil Círculos de Cultura, novo nome dado aos grupos que se formavam, e esses deveria formar naquele ano, por volta de dois milhões de alunos. O círculo educava, em dois meses, trinta alunos. Sem dúvida, segundo admiradores desse Método, teria acabado com analfabetismo no Brasil se esse Plano de Ação não tivesse sido abortado.

Infelizmente com o advento do Golpe Militar em 31 de março de 1964, tudo acabou! O idealizador do Método, Paulo Reglus Neves Freire fugiu com toda família para o Chile, e por 16 anos ficou exilado.

Por esse tempo há um grande movimento para erradicar o analfabetismo através de um programa nacional, respeitando as diferenças sociais, econômicas e culturais de cada região do país. Um dos meios para atingir essa meta foi a criação, em 1961, da Universidade de Brasília. Como parte desse projeto está a proposta de acabar com o exame vestibular, sendo necessário para o ingresso na Universidade o rendimento do aluno durante o curso de 2º grau, hoje Ensino Médio.

Muitos especialistas na área de educação apontam o período de 1946 a 1964, como um tempo mais fértil da história da educação no Brasil, onde se destacaram grandes educadores.

O governo de Jango que teve início em 7 de setembro de 1961 e deveria permanecer até a posse do próximo presidente em 1965, mas foi deposto a 1º de abril de 1964, por mais um violento golpe militar ocorrido um dia antes.

Novamente o deputado e presidente da Câmara, Pascoal Ranieri Mazzili assume a presidência da República, no dia 2 de abril, mas ficou no poder por apenas treze dias. Na verdade quem governou foi a junta militar,

autodenominada Comando Supremo da Revolução, tendo três militares a frente: o General Artur da Costa e Silva, o Almirante Augusto Rademaker Grünewald e o Brigadeiro Francisco de Assis Correia e Melo. No dia 15 de abril deste mesmo ano Pascoal Ranieri entregou o cargo ao Marechal Humberto de Alencar Castelo Branco, iniciando, dessa forma oficialmente a ditadura militar que perdurou por sofridos 21 anos.

Com o golpe Militar milhares de pessoas foram perseguidos por sua postura ideológica; inúmeros foram mortos, outro tanto se exilaram ou foram perseguidos e demitidos de seus cargos; multidões se viram obrigadas a camuflar seus ideais, entre eles, uma infinidade de professores, alunos e demais profissionais ligados à área da educação.

Dizendo preocupado com a educação, o governo militar para substituir o MCP que usava o Método Paulo Freire, cria, pela Lei 5.360 em 1967, o Movimento Brasileiro de Alfabetização ou MOBRAL como ficou conhecido. Queriam convencer que com esse Movimento o analfabetismo seria erradicado. Todavia, o MOBRAL não vingou, pois era na verdade um grande engodo, um projeto de dissimulação política. Prova disso, segundo Diocese de Juazeiro (1983) passados 18 anos de sua implantação, chega em 1985, quando da sua extinção, com um rastro de 30 milhões de analfabetos no país.

Com o golpe militar, todas as propostas de levar a educação a um patamar especial e inovador, são abortadas pelos defensores e mantenedores do golpe militar que, as classificam de subversivas e comunistas.

O regime militar instalado no Brasil representa uma das páginas mais tristes de nossa história e, durante os anos de sua permanência espalhou medo e terror em todos os seguimentos da sociedade, e a educação foi um dos principais alvos.

Infiltraram nas instituições de ensino olheiros, ou seja, militares disfarçados, como também a presença de diretores, professores, alunos e funcionários para observar tudo que era falado ou feito nelas. E foram as universidades os principais alvos dos golpistas para propagar sua ideologia ou manter vigília permanente.

Para atingir seus objetivos fizeram com que muitos professores fossem demitidos; universidades invadidas; professores, estudantes e seus familiares foram presos e vários deles mortos em confrontos ou por meio de seqüestros

pelas forças repressoras e, milhares de pessoas dos mais diversos seguimentos da sociedade se viram obrigados a se calar. De um modo geral nesse tempo de terror, todos os grupos, associações, movimentos e entidade estavam sob suspeitas e eram constantemente vigiadas e/ou orientadas a seguir os ditames do regime.

Para Aranha (2005), neste tempo várias entidades são vistas como redutos de subversivos, por isso são proibidas suas atividades e colocadas na ilegalidade. Entre elas esta a União Nacional dos Estudantes (UNE) que, segundo Aranha (2005, p. 211) dizia os militares: “Estudantes é para estudar, trabalhador para trabalhar”.

Apesar da perseguição e vigilância ostensiva, foi também neste período que a Universidade teve grande expansão.

Enquanto de um lado os militares apavoravam com a propagação de sua ideologia, de outro crescia as discussões em torno de uma nova Lei de Diretrizes de Bases da Educação Nacional, pois, apesar de ser recente a promulgação da última. Dois blocos sustentavam essas discussões: um que defendia a escola pública e outro ligado ao governo buscava fazer da escola um condutor para o mercado de trabalho. O Ministro da Educação e Cultura do regime, em 1964, Roberto de Oliveira Campos, defendia a idéia que o ensino secundário deveria atender aos pobres e o ensino superior está reservado para as elites. Em síntese o projeto visava incentivar a profissionalização do ensino secundário para os pobres, e assim, os impediria de concorrer com as elites no superior.

A propaganda é a principal arma do governo para levar adiante seus projetos e, ao mesmo tempo quer convencer o povo que o regime vigente é a melhor opção, afirmando que o Brasil está em boas mãos e no caminho certo.

É desse tempo os slogans: Brasil grande, ame-o ou deixe-o; Milagre econômico; Esse é um país que vai pra frente, entre outros.

A educação foi usada como suporte para que os militares alcançassem seus objetivos e reforçassem sua ideologia mantendo o Status quo, ou seja, tudo deve ficar do jeito que está, do jeito que eles queriam, pois afirmavam que, dessa forma a produção cresceria e, conseqüentemente, também o país.

Segundo Niskier (1969) em meio a esse conturbado período foi promulgada a quinta Constituição brasileira, a 24 de janeiro de 1967. Em nível

de educação essa nova Carta não mudou muito da anterior. Determinava a obrigatoriedade do ensino para crianças e jovens entre sete a quatorze anos de idade, devendo ser ministrado pelos poderes públicos nos diferentes graus. Deixava livre à iniciativa privada, desde que respeitasse as leis. Mantém a isenção de tributos às instituições privadas como também previa ajuda técnica e financeira, inclusive com bolsas de estudos. Quanto ao idioma determinava que somente o primário seria ministrado em português. Mantém ensino religioso para graus primário e médio, e aos professores era garantida a liberdade de cátedra.

Para Aranha (2005) por determinação do presidente general Costa e Silva foi formado um grupo para introduzir mudanças na LDB de 1961. Em tempo recorde o grupo definia as diretrizes da reforma universitária, e em meio a cassações de mandatos e intimidações, o Congresso não ofereceu resistência em aprovar a Lei nº. 5.540/68.

Aranha (2005, p. 214) ainda diz que:

A reforma extingue a cátedra, unifica o vestibular e aglutina as faculdades para a melhor concentração de recursos materiais e humanos, tendo em vista maior eficácia e produtividade. Institui também o curso básico para suprir as deficiências do segundo grau e, no ciclo profissional, estabelece cursos de curta e longa duração. Desenvolve ainda um programa de pós-graduação.

A força e truculência ditatorial não foram suficientes para por fim os descontentamentos de muitos setores que, corajosamente enfrentaram o regime, assim os militares promulgaram uma série de leis para reprimir toda e qualquer manifestação contrária ao governo que foram denominados Atos institucionais que vinham sendo editados desde o golpe em 1964, sendo que o último deu-se em 1968.

Figueira (2005, p. 379) diz que:

Em dezembro de 1968, foi promulgado o AI - 5, a mais violenta das medidas do governo. O AI-5 devolveu ao presidente da República, por tempo indeterminado, os poderes para cassar mandatos e suspender os direitos políticos; demitir ou aposentar funcionários públicos; intervir nos estados e municípios; e fechar provisoriamente o Congresso Nacional.

Em fevereiro de 1969, mas uma vez foi atacado o setor de ensino, e, de acordo com Aranha (2005, p. 212) pelo “Decreto-lei nº. 477 proibia aos professores, alunos e funcionários das escolas toda e qualquer manifestação de caráter político”.

Após dois anos da edição quinta Constituição, o governo promulga no dia 17 de outubro, a Emenda Constitucional nº. 1. Para o setor educacional mantém a gratuidade e obrigatoriedade do ensino para crianças e jovens entre sete a quatorze anos de idade no ensino primário nas instituições oficiais, mas muda quanto à constituição anterior, abrindo a possibilidade de cobrar o ensino médio ou, então substituir a gratuidade por bolsas de estudo restituíveis. E mantido o ensino religioso para os graus primário e médio.

De acordo com Aranha (2005, p. 211) diz:

Que a intenção da ditadura em “educar” politicamente a juventude se revela no decreto-lei baixado pela Junta Militar em 1969, que torna o ensino de Educação Moral e Cívica obrigatório nas escolas em todos os graus e modalidade de ensino. No final do grau médio a denominação muda para Organização Social e Política Brasileira (OSPB) e no curso superior, para Estudos de Problemas Brasileiros (EPB). Nas propostas curriculares do governo transparece o caráter ideológico e manipulador dessas disciplinas.

Segundo Aranha (2005) por determinação do presidente general Médici o ministro da Educação e Cultura, Coronel Jarbas Passarinho, escolheu um grupo de estudos para fazer a reforma do ensino fundamental e médio, e em 11 de agosto de 1971, é promulgada a Lei 5.692, que fixou as diretrizes para o ensino de 1º e 2º graus. Entre outras determinações a Lei ampliou a obrigatoriedade escolar de quatro para oito anos, juntou o antigo primário com o ginasial, acabou com o exame de admissão e criou a escola única profissionalizante. Determinou que o ensino de 1º e 2º graus fosse ministrado obrigatoriamente em português. Pela Lei os cursos de 2.º grau em todo o país passaram a ser profissionalizantes.

Oliveira (apud BUFFA; NOSELLA, 1991) dizem que para Jarbas Passarinho a idéia de criar a Lei, tinha também como objetivo acabar com o ensino elitista e com o preconceito contra o trabalho manual e fazer da escola um espaço para busca vocacional. Contudo, a Lei foi muito criticada por educadores que a viam como autoritária.

Essa legislação, segundo Oliveira (2005), foi uma das mais polêmicas referentes à educação e recebeu 362 emendas, com isso mudava totalmente a estrutura do curso secundário. Mas, de acordo com Oliveira (apud GHIRALDELI, 1992, p. 171) “a Lei foi acolhida com entusiasmo por boa parcela do professorado que, empunhando os projetos inovadores da ditadura militar,

se atiraram num frenesi pela concretização das determinações da nova legislação”.

Durante o tempo da Ditadura as pressões populares, através de Grupos, Movimentos, Igreja, sindicatos, entre outros setores da sociedade, mesmo sob a repressão, estupidez e a brutalidade insana do regime, colaboraram para que fossem minadas as estruturas cimentadas pelos militares no decorrer dos vinte e um anos que estiveram à força no poder. Tudo isso abriu caminho para a abertura democrática a partir de 1984, com o fim da era dos militares no poder.

Para pôr fim a era dos militares no poder dois candidatos civis disputaram o cargo, Paulo Salim Maluf, representante da direita e Tancredo Neves, representando todos os segmentos de esquerda. As eleições foram indiretas, ou seja, pelo Colégio Eleitoral, pois em 25 de abril de 1984, a emenda que defendia as Diretas-Já foi derrotada pelo Congresso Nacional. Assim em 15 de janeiro de 1985, Tancredo foi eleito pelo Colégio, mas não tomou posse porque poucos dias antes, adoeceu, sendo substituído por José Sarney que, tomou posse em 15 de março daquele mesmo ano. Tancredo veio morrer no dia 21 de abril desse mesmo ano.

Mesmo com a saída dos militares do poder, ainda ficou por um bom tempo um grande rastro e resquícios de coisas velhas e mal resolvidas, pois para substituí-los tivemos um governo eleito indiretamente, apesar das mobilizações contrárias.

Para Minto (2006) a história registra oficialmente o dia 15 de março de 1985 como o fim da Ditadura Militar e o começo da Nova República, quando o último dos generais, João Baptista de Figueiredo entrega a faixa presidencial ao civil, José Sarney.

A respeito de Sarney, especialistas em questões constitucionais afirmam que sua posse foi totalmente ilegal, pois se Tancredo não tomou posse como presidente, seu vice também não foi empossado. Nesse caso o direito era do presidente do Congresso Nacional que assumiria interinamente para convocar novas eleições, o que não veio a acontecer.

O início da Nova República não foi tão fácil. Nos primeiros tempos ainda se respirava o mau cheiro deixado pela ditadura, por isso a sua instalação seguiu em passos lentos. Muitos e novos rumos terão nossa história e, a

educação como todos os outros segmentos do país farão longas caminhadas em direção à democracia. É, na verdade, um recomeço!

Na área da educação foram muitas as propostas, projetos e leis que surgiram naquela época, mas infelizmente a maioria delas, defendidas por pessoas ou grupos interessados, mais uma vez, em apoiar iniciativas privadas e, de preferência deixar que tudo como antes, sem muitas mudanças. Mas, ao mesmo tempo surge um pequeno grupo, entre eles, educadores, pensadores, e entidades que idealizavam outra forma de conceber a educação, e lutavam por uma escola pública de qualidade, voltada para todos, mas, especialmente para atender as classes menos favorecidas ou que estavam mais distantes do projeto educacional.

Segundo Aranha (2005) os problemas vão se evidenciar e acirrar-se entre os dois grupos durante os trabalhos e a elaboração da Constituição nos anos 1987-8, e se estender por quase dez anos, com a tramitação da Lei de Diretrizes de Bases da Educação Nacional que será concluída em 1996. Contudo, a nova Constituição irá confirmar as conquistas das anteriores, trará muitas inovações e ganhos, que nortearão a nova LDB.

Segundo Minto (2006) os anos 80 ficaram conhecidos como década perdida, devido às dificuldades no setor econômico, mas por outro lado os movimentos sociais foram fortalecidos e cresceram consideravelmente. Neste contexto a educação sai ganhando, pois muitos educadores e entidades ligadas à área se unem em torno de uma proposta de organização popular. Assim surgiram importantes entidades que tiveram papel de destaque nas lutas pela qualidade da educação. Entre elas destaca-se: Associação Nacional dos Docentes de Ensino Superior (ANDES); Associação Nacional de Educação (ANDE); Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNTE); Central Única dos Trabalhadores (CUT); Partido dos Trabalhadores (PT) entre outras.

As grandes lutas dos movimentos sociais em favor da educação dos anos 80, somando-se aos artigos da Constituição que determinava sua aplicação, levaram a muitos ganhos e conseqüentes avanços para a política educacional dos anos 90, entre esses avanços destaca-se a criação da LDB/96.

Segundo Minto (2006) os movimentos e defesa da educação levaram muitas propostas aos parlamentares constituintes para a elaboração da Constituição de 1988. Mas, foi um tempo de grandes disputas, pois os movimentos se dividiram em dois blocos: os que defendiam a escola pública e os defendiam o setor privado. Os interesses eram contrários, o primeiro grupo defendia o princípio da gestão democrática na escola pública, onde a comunidade escolar, formada por funcionários, professores e alunos pudesse participar de todo processo. O outro bloco era constituído pelos defensores do setor privado que, reunia empresários da educação, representantes das instituições confessionais, comunitárias e filantrópicas. Esse bloco era heterogêneo, chegando a vários momentos assumir posições contrárias aos interesses do grupo, visando exclusivamente seus interesses. Porém, o que mais dividia os dois blocos eram as questões dos recursos públicos. Os defensores da escola pública queriam exclusividade dos recursos para as escolas públicas. Os do setor privado queria ter acesso aos recursos assegurado pela Constituição. Nesse embate o ensino confessional ganhou, e conseguiu introduzir o ensino religioso nas escolas e receber verbas públicas para suas instituições. Essas verbas poderiam vir em formas de subsídios fiscais, isenções de impostos, ou de concessão de bolsas de estudos.

Ainda para Minto (2006) todas essas discussões e embates resultaram em benefícios para a educação, devido às lutas dos movimentos sociais, dessa forma a década de 80 não foi perdida para a educação. Assim destaca como avanços: Constituição orgânica do sistema nacional de educação; a concepção da educação pública e gratuita como direito de todos e dever do Estado.

Apontam ainda avanços no que diz respeito à gestão educacional e administração escolar, destacando nesse nível, como avanços: descentralização administrativa e pedagógica; eleições diretas, com voto secreto, para dirigentes de instituições de ensino; gestão participativa na educação; criação de comissões municipais e estaduais de educação, autônomas e independentes para fiscalização das políticas educativas; fim do Conselho Federal de Educação de orientação privatista; criação de colegiados escolares, eleitos pela comunidade, com o objetivo de barrar as arbitrariedades praticadas pela administração do sistema e da escola.

Tudo isso foi levado como propostas aos parlamentares constituintes, pelos movimentos em defesa da educação para a elaboração da Constituição de 1988.

Segundo Aranha (2005) a Constituição foi outorgada em 5 de outubro de 1988 e nos artigos referentes a educação destacam-se: direito de todos e dever do Estado e da família; deve ser gratuita nos estabelecimentos oficiais; oferecer igualdade de condições para o acesso e permanência na escola; será um espaço de liberdade de aprender, ensinar, pesquisar, divulgar o pensamento, a arte e o saber. Tudo isso deve acontecer com a promoção, incentivo e colaboração da sociedade, visando o pleno desenvolvimento da pessoa, a boa formação para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.

Pode-se dizer que a Constituição trouxe à tona a conquista do princípio da gestão democrática do ensino, mas, infelizmente representou muito pouco na prática escolar do Brasil como um todo.

Minto (2006) diz que de modo geral percebe-se que a Constituição de 1988 trouxe alguns avanços, especialmente no campo da administração educacional, porém, no que se refere à participação da comunidade nas instâncias decisórias do sistema de ensino, muito pouco aparece ou foi feito. Contudo, os poucos avanços só foram possíveis devido às pressões sociais e dos movimentos organizados e contribuirão para a política educacional na década de 90. E tudo isso será levado para as discussões da elaboração da Lei de Diretrizes e Bases da Educação que terá seu início no mesmo ano da promulgação da oitava Constituição brasileira.

Concluída a Constituição de 1988, segundo Aranha (2005, p. 224): “resta elaborar uma lei complementar para tratar das diretrizes e bases da educação nacional”. Pois, é bom lembrar que com a promulgação da Constituição, as LDBs anteriores foram consideradas obsoletas.

Segundo Bello (1988) no mesmo ano da implantação da nova Constituição, o Deputado Octávio Elísio apresenta no Congresso Nacional o Projeto de Lei de Diretrizes e Bases para a Educação. Neste mesmo tempo muitos educadores, pensadores e líderes de outros seguimentos, vários deles que estavam retornando suas atividades, pois foram impedidos por causa da perseguição ou exílio no regime militar, se engajam em movimentos, tendo

alguns deles assumido cargos na área do ensino e somam forças com os demais que aspiram mudanças para a educação, a partir do projeto do deputado. Porém, no ano seguinte, o também deputado Jorge Have manda para o Congresso um projeto substitutivo. E por fim, em 1992, os senadores Darcy Ribeiro, Marcos Maciel e Maurício Correa apresentaram um projeto que viria ser aprovado. A respeito do projeto Aranha (2005, p. 224) diz:

O senador Darcy Ribeiro propôs outro projeto, com o apoio do governo e do ministro da Educação, por considerar que o substitutivo anteriormente apresentado, entre outros defeitos, era muito detalhista e corporativista (isto é, interessado em defender determinados setores).

Ainda para Aranha (2005) o projeto de Ribeiro foi considerado vago, omissivo em questões fundamentais e autoritário. As críticas vão mais longe dizendo que dispensou as esferas deliberativas de um Conselho Nacional com representantes do governo e da sociedade, e foi visto como projeto que privilegiava os interesses do poder executivo.

Uma segunda crítica é feita na LEI... (2008 p. 1) a respeito do projeto dos senadores, que diz:

Enquanto a proposta dos setores organizados da sociedade civil apresentava uma grande preocupação com mecanismos de controle social do sistema de ensino, a proposta dos senadores previa uma estrutura de poder mais centrada nas mãos do governo. Apesar de conter alguns elementos levantados pelo primeiro grupo, o texto final da LDB se aproxima mais das idéias levantadas pelo segundo grupo, que contou com forte apoio do governo FHC nos últimos anos da tramitação.

Um ano após outorgada a Constituição e apresentação do projeto da LDB, em nível político, Fernando Collor de Mello é eleito presidente da República. No seu curto governo, em nível de educação lança, em todo país em 1992, segundo Bello (1998) o projeto de construção de Centros Integrados de Apoio à Criança, inspirado no modelo dos Centros Integrados de Educação Pública, criado no Rio de Janeiro em 1982, pelo secretário de estado, professor e pedagogo Darcy Ribeiro na gestão do então governador do Estado Leonel Brizola. Esses Centros ficaram conhecidos como Brizolões.

O presidente Collor passou para a história como o caçador de marajás, mas que em pouco tempo de governo foi acusado de corrupto. Condenado pelo povo e pelo Congresso foi afastado do governo por impeachment.

Figueira (2005, p. 414): “Com a saída de Fernando Collor, o vice-presidente Itamar Franco foi empossado na Presidência”. Itamar passou o

tempo que faltava sem apresentar novidades em nenhum setor, nem foi capaz nem de iniciar as reformas que todos desejavam. No seu lugar, assume a presidência Fernando Henrique Cardoso escolhido em 1995, por eleições diretas, e ficou à frente do governo por oito anos, pois foi reeleito ao final do primeiro mandato.

Nesses novos tempos democráticos, muitos projetos educacionais foram encaminhados, na expectativa de oferecer um novo rosto para a educação e o ensino. Segundo críticos e estudiosos com a escolha de Paulo Renato de Souza para comandar o Ministério da Educação e Cultura, começou um novo tempo para a administração educacional no Brasil.

Bello (1998) diz que o ministro logo no início de sua gestão faz o governo extinguir, por medida provisória, o Conselho Federal de Educação, criando simultaneamente o Conselho Nacional de Educação, ligado ao seu Ministério. Sua proposta é tornar esse novo Conselho menos burocrático e mais político.

Na época, a respeito da presença de Paulo Renato à frente do Ministério diz Bello (1998):

Mesmo que possamos não concordar com a forma como vem sendo executados alguns programas, temos que reconhecer que em toda a História da Educação no Brasil, contada a partir do descobrimento, jamais houve execução de tantos projetos na área da educação numa só administração.

Para Bello (1998) destacam-se nesse período os seguintes projetos: Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (FUNDEF); Programa de Avaliação Institucional (PAUIB); Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica (SAEB); Exame Nacional de Ensino Médio (ENEM); Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs); Exame Nacional de Cursos (ENC).

São fortalecidos nesse momento dois grupos que defendem o projeto de criação de uma nova LDB e retomam o projeto que estava tramitando no Congresso desde 1988. “A atual LDB (Lei 9.394/96) foi sancionada pelo presidente Fernando Henrique Cardoso e pelo ministro da Educação Paulo Renato em 20 de dezembro de 1996”. (LEI..., 2008, p.1)

A LDB é resultado de um processo que levou oito anos com lutas acirradas entre duas propostas bem diferentes. A primeira conhecida como

Projeto Jorge Hage foi resultado muitos debates abertos com a sociedade a partir do Fórum Nacional em Defesa da Escola Pública, sendo apresentada na Câmara dos Deputados. A segunda foi elaborada pelos senadores Darcy Ribeiro, Marco Maciel e Maurício Correa em articulação com o governo por meio do Ministério da Educação e Cultura. (LEI..., 2008)

São as principais características da LDB/96: Gestão democrática do ensino público e progressiva autonomia pedagógica e administrativa das unidades escolares (art. 3 e 15); Ensino fundamental obrigatório e gratuito (art. 4); Carga horária mínima de oitocentas horas distribuídas em duzentos dias na educação básica (art. 24); Prevê um núcleo comum para o currículo do ensino fundamental e médio e uma parte diversificada em função das peculiaridades locais (art. 26); Formação de docentes para atuar na educação básica em curso de nível superior, sendo aceito para a educação infantil e as quatro primeiras séries do fundamental, formação em curso Normal do ensino médio (art. 62); Formação dos especialistas da educação em curso superior de pedagogia ou pós-graduação (art. 64); A União deve gastar no mínimo 18% e os estados e municípios no mínimo 25% de seus respectivos orçamentos na manutenção e desenvolvimento do ensino público (art. 69); Dinheiro público pode financiar escolas comunitárias, confessionais e filantrópicas (art. 77); Prevê a criação do Plano Nacional de Educação (art. 87). (LEI..., 2008)

A LDB/96 está baseada no princípio do direito universal à educação, assim a Lei apresenta uma novidade em relação às leis anteriores, a inclusão da educação infantil (creches e pré-escolas) como primeira etapa da educação básica. (LEI..., 2008)

Sobre a LDB, Minto (2006, p.13-14) diz:

Trata-se de uma Lei “enxuta”, “minimalista”, que pouco diz sobre questões essenciais da educação, mas que deixou abertas muitas brechas para serem preenchidas em momentos oportunos, fazendo jus ao princípio do Estado mínimo neoliberal. Uma das questões tratadas na LDB, e que reflete diretamente o caráter limitador da “democracia” brasileira, foi a manutenção da exclusão do setor privado com relação ao cumprimento do princípio constitucional da gestão democrática, numa medida que se preocupava em fazer concessões aos fortes lobbies dos representantes dos interesses privados, em sua ânsia pelo lucro. No mais, ao definir (pobremente) os termos da gestão democrática da escola pública, a LDB pouco fez além de repetir a Constituição, isto é, manteve o caráter genérico das medidas (remetendo-as aos sistemas de um ensino para as suas definições), apenas afirmando mecanismos óbvios de participação e limitando o

tipo de participação da comunidade nas instâncias decisórias, que sequer são mencionadas.

Críticos da educação afirmam que a nova LDB não veio para resolver todos os problemas da educação, especialmente os deixados pelo regime militar, ao longo de vinte e um anos e que gerou muitas perdas e danos. Porém, apontam com o grande valor dela é que está alicerçada pelos princípios e fins da Constituição Nacional e, foi inspirada nos princípios de liberdade e da solidariedade humana.

A educação básica tem por finalidade desenvolver o educando e assegurar-lhe a formação comum indispensável para o exercício da cidadania e fornecer-lhe meios para progredir no trabalho e em estudos posteriores. (LEI... 1996, Capítulo II, Artigo 22)

A LDB tornar-se revolucionária e caminha a passos largos em direção ao desenvolvimento da educação quando destaca que as atividades da educação escolar, em todos os níveis, devem seguir na mesma direção, ou seja, privilegiando sempre o desenvolvimento humano. Assim a educação infantil, primeiro momento da educação básica, tem como finalidade o desenvolvimento integral da clientela de zero a seis anos. O ensino fundamental previsto para durar oito anos, com início aos sete anos, deve estar em harmonia com as atuais demandas da sociedade moderna e com as necessidades básicas das clientelas atendidas, sejam elas constituídas por jovens ou adultos. Quanto ao ensino médio, a última etapa da escolarização básica, deve ser o tempo de consolidação e aprofundamento da aprendizagem, devendo levar o educando a total inserção na sociedade da qual faz parte.

Pode-se concluir que tanto a Constituição Nacional como a LDB são muito bonitas, contudo, por si só não podem fazer nada. Cabe-nos a tarefa de colocar em prática e ir adequando suas normas às necessidades que forem surgindo. Por isso é urgente a organização da sociedade como um todo para cobrar do governo condições para fazer acontecer, de fato, o que está garantido no papel.

A Educação precisa ocupar um lugar de destaque na sociedade, e com a participação e colaboração de outros setores, caminhar como parceiros na construção de um único objetivo, onde todos possam ser vistos como agente de transformação e juntos trabalhar por uma sociedade mais justa, fraterna, solidária e cidadã.

CONCLUSÃO

Pessoa humana sem história é uma pessoa sem vibração.

Autor desconhecido

Ao final deste trabalho de conclusão do Curso de Metodologia do Ensino Superior, no qual foi proposto pesquisar sobre a história da Educação da Descoberta até a LDB/96, conclui-se:

De modo geral, percebe-se, através da pesquisa que, ao longo de todo esse processo histórico estudado, não houve um sistema de ensino a contento e que atendesse às necessidades do momento vivido. É necessário, pois, ter um olhar sob o passado para entendermos o presente.

Os portugueses ao chegarem firmaram primeiramente seu interesse em exploração da terra conquistada, e trouxeram para a Colônia elementos da pequena nobreza para sua organização. A primeira preocupação destes foi em escravizar os índios e, com a recusa deles, sujeitaram os negros. A produção açucareira foi à única base da economia colonial até meados do século XVII.

Quanto à organização escolar no Brasil-Colônia, era vinculada diretamente à política colonizadora. Sem nenhum objetivo ou metas ficou entregue às moscas durante quase meio século, pois a educação propicia lucros às camadas dominantes da Metrópole.

A partir de 1549, com a chegada dos primeiros jesuítas a Colônia recebeu novos ares, sendo por 210 anos os principais responsáveis pela educação no Brasil. A princípio se detiveram na formação de indígenas através da catequese, mais tarde, com a abertura de seus colégios nas grandes cidades, começaram também, a atender e instruir os filhos dos grandes latifundiários e das elites locais. Para sua própria sobrevivência abriram em diversos lugares, seminários para a formação de futuros sacerdotes e irmãos para a Ordem.

A Companhia aplicou na Colônia o seu Plano de Estudos, contudo, tiveram que fazê-lo à realidade brasileira, e, procuraram tirar de sua programação o mínimo de elementos da cultura européia. Nas reduções, no trabalho com os indígenas alcançaram seus objetivos, pois além da

catequização, também conseguiram formar muitas gerações. Nos colégios e escolas das cidades e vilas, foram instrumentos de formação da elite colonial que, preferencialmente, tiveram estas camadas sociais suas necessidades atendidas.

Pode-se dizer que a organização educacional dos jesuítas foi consagrada a partir do momento em que Pombal os expulsou, e isso também concorreu para a derrocada do ensino no Brasil. Apesar de todas as críticas, os duzentos e dez anos que estiveram em terras brasileiras foram marcantes, pois, os religiosos de Santo Inácio, não só se empenharam como educadores, mas, principalmente, como homens a serviço exclusivo da Igreja, procurando usar os melhores métodos, dentro de sua ideologia religiosa, para atingir os objetivos propostos para aquele momento histórico.

Com a expulsão dos jesuítas, outras Ordens Religiosas como Beneditinos, Franciscanos e Carmelitas que já estavam na Colônia tentaram dar continuidade ao processo educacional para o atendimento das elites, pois o governo tentou, sem muito sucesso, cuidar do setor popular. Ainda outras iniciativas de pessoas e grupos, também foram tentadas, mas não conseguiram atingir, a contento, o que fora feito pelos jesuítas. A dificuldade em reorganizar a educação após a saída da Companhia deve-se a multiplicidade de propostas, sem, contudo, apontarem metas claras objetivas, e, sobretudo em olhar a educação como um todo e, particularmente, como um caminho útil e necessário para aquele momento histórico.

Pombal propõe uma nova reforma no sistema educacional, tendo como objetivo principal sua secularização. Propõe as aulas régias como alternativas para suprir as deficiências do ensino, mas se revelaram, em pouco tempo uma grande decepção, pois não preenchia a lacuna deixada pelos jesuítas. Além do mais, os professores régios estavam totalmente descontentes com o sistema, ficavam anos sem receber salários. A proposta de Pombal não obteve o resultado esperado e corroborou para que ficasse estagnado durante um bom tempo, um projeto viável de educação para o Brasil.

Uma séria e grande crítica feita aos jesuítas foi que, durante todo tempo que estiveram à frente do sistema educacional na Colônia, sua preocupação direcionava, exclusivamente, a focos: a catequese e formação dos nativos, numa perspectiva de convertê-los à fé cristã, e a instrução dos filhos da elite

colonial. Os demais grupos que já eram abandonados pelo governo, foram também deixados à mercê da ignorância pelos religiosos. Quando da sua expulsão, os nativos, que até então eram os preferidos, voltam a fazer parte do imenso contingente dos preteridos e, juntam-se a outra clientela que desde sempre esteve à margem de tudo. O mesmo não aconteceu com as elites, pois possuindo recursos, tinham condições de optarem por outras modalidades de ensino.

Com a chegada a Família Real em 1808, novas perspectivas aparecem no cenário educacional. A presença de Dom João VI, com sua família e corte, trouxe profundas modificações. Precisavam reproduzir aqui tudo, ou, pelo menos quase tudo, que desfrutavam na Europa, por isso durante a permanência do Príncipe em terras brasileiras e, mais especificamente no Rio de Janeiro, foram criados a Imprensa Régia, Biblioteca Nacional, Museu Nacional e Jardim Botânico, entre muitas outras instituições de caráter culturais.

O Rio de Janeiro passa a ser um pólo de irradiação de cultura, economia e política para o Brasil, durante sua permanência. Nos níveis primários e secundários muito pouco foi feito e, no superior, foram lançadas as sementes. Mas, de modo geral, pode-se afirmar que, quase nada mudou em relação ao período anterior, permanecendo ainda aberta uma lacuna na educação.

Na República, percebe-se que, no discurso, a educação foi colocada como solução das desigualdades sociais. A luta pela ampliação dos direitos das classes populares estava ocorrendo em vários espaços, justificando a preocupação dos educadores de planejar a ação da escola nesse aspecto. Contudo, na esfera governamental os muitos projetos, durante todo esse período não passaram de meros discursos. Infelizmente, os malefícios sobrepuseram aos ganhos e avanços em muitos momentos até os nossos dias. Não só nesse momento, mas, de um modo geral, a educação sempre andou a reboque do momento político. Infelizmente!

Dentre todos os períodos, aponta-se o da ditadura como o mais crucial para a educação, pois esta perdeu totalmente o seu sentido pedagógico e teve que assumir caráter político, perdendo, com isso, a sua essência.

Com o fim do regime militar, novas propostas de reestruturação da sociedade como um todo, são sonhadas e almeçadas. Aos poucos, surgem

projetos, especialmente, nos setores populares para fazer eliminar as mazelas deixadas e, a palavra de ordem é a redemocratização. A nova Constituição abre perspectivas para a elaboração de uma nova LDB, o que veio a ser concretizada em 1996, oito anos após a promulgação da Constituição.

Críticos da educação, entre eles, professores, personalidades do cenário social, religioso e político são unânimes em dizer que na História da Educação no Brasil, desde a sua descoberta até os anos 90 não havia conhecido tantos projetos para a educação. Isso se deu especialmente pelo esforço do ministro da Educação Paulo Renato de Souza, no governo de Fernando Cardoso.

A educação nunca foi prioridade; faltou e continua faltando aos governantes o realismo que faz encarar os problemas à luz das condições sociais do nosso contexto nacional; faltou e ainda falta, sobretudo, ao nosso cenário, condições e ferramentas para que, os professores qualificados e intelectualmente preparados, juntamente com muitos outros setores da sociedade, possam levar avante um projeto educacional que atenda às necessidades de nosso povo.

Conclui-se, não de forma pessimista, mas, constatando uma realidade triste, porém, real: percebeu-se que durante todo esse tempo, passando por todos os regimes com seus projetos, leis constituições, mandos e desmandos, ainda não se conseguiu atar as veias abertas da educação ao longo da história do Brasil.

Encerra-se esse trabalho lembrando Paulo Freire, o educador que deixou um grande legado, quando dizia que na educação, a leitura do mundo era mais importante que a leitura da palavra. (FREIRE, 1989)

REFERÊNCIAS

ANANIAS, M.; FONSECA, S. M.; SECO, A. P. Antecedentes da Administração Escolar até a República (... 1930) in **Revista HISTEDBR On Line**, Campinas, n°. especial, p. 54 -101, ago. 2006.

ARANHA, M. L. A. **História da Educação**. 2. ed. São Paulo: Moderna, 2005.

AZEVEDO, F. O Sentido da Educação Colonial. In: **A Cultura Brasileira**. Rio de Janeiro: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 1943.

BELLO, J. L. P. **História da Educação no Brasil**. Rio de Janeiro, 1998. Disponível em <http://www.pedagogiaemfoco.pro.br/heb.htm>. Acesso em 09 de setembro de 2008.

BEOZZO, J. O. (Org.) **Curso de Verão XVIII: Educar para a Justiça, a Solidariedade e a Paz**. São Paulo: Paulus; CESEP, 2004. Coleção Teologia Popular, 2004.

BÍBLIA SAGRADA, Edição Pastoral. São Paulo: Sociedade Bíblica Católica Internacional e Paulus. 1991

BITTENCOURT, C. M. F. et al. Repensando o Ensino - O Ensino de História e a Criação do Fato. In: PINSKY, J. (Org.). **As “Tradições Nacionais” e o Ritual das Festas Cívicas**. 5. ed. São Paulo: Contexto, 1992, p. 43-72.

BUFFA, E.; NOSELLA, P. **A Educação Negada**. São Paulo: Cortez, 1991.

COMPANHIA DE JESUS. **Wikipédia**. Disponível em <http://pt.wikipedia.org/wiki/companhiadejesus>. Acesso em 27 de agosto de 2008.

COORDENADORIA ECUMÊNICA DE Serviço - CESE. **Declaração Universal dos Direitos Humanos**. 4. ed. São Paulo: Paulinas, 1978.

COTRIM. G. **História Global - Brasil e Geral**. 8. ed. São Paulo: Saraiva, 2005.

DIOCESE DE JUAZEIRO - BA. **Paulo Freire - Educação Popular**. Lins - SP: Todos Irmãos, 1983.

FACCHINI, Pe. M. R.; NEVES, Frei R. M. G. dos. In: Faculdade de Teologia Nossa Senhora da Assunção (Org.). **História da Evangelização na América Latina**. São Paulo: Paulinas, 1988. Série Teologia em Diálogo, p. 30-41.

FIGUEIRA, D. G. **História - Questões do Enem e de Vestibulares de todo Brasil** - Volume único. 2. ed. São Paulo: Ática. 2005.

FRANCA, Pe. L. **O Método Pedagógico dos Jesuítas: o "Ratio Studiorum"**. Rio de Janeiro: Agir, 1952.

FREIRE, Paulo. **A Importância do Ato de Ler: em Três Artigos que se Completam**. 23. ed. São Paulo: Autores Associados: Cortez, 1989.

GHIRALDELI Jr. P. **História da Educação**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 1992.

GONÇALVES, N. S. **A Companhia de Jesus em Portugal**, Portugal, 25 de agosto de 2008. Disponível em: <http://www.companhiajesus.pt/intro/histport.htm>. Acesso em: 27 de agosto de 2008.

JESUITAS.COM. **Wikipédia**, junho-agosto/2006. Disponível em: <http://www.jesuitas.com.br/histor.htm>. Acesso em 27 de setembro de 2008.

LEI de diretrizes e bases da educação nacional de 1996. **Wikipédia**, 19 de junho de 2008. Disponível em: <http://pt.wikipedia.org/wiki/leideidiretrizesebasesdaeducacao>. Acesso em 10 de setembro de 2008.

LUGON, C. **A República "Comunista" Cristã dos Guaranis**. Tradução de Álvaro Cabral. 3. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra. 1977.

MINTO, L. W. Administração Escolar no Contexto da Nova República (1984...). **Revista HISTEDBR** On-Line, Campinas, nº. especial, p. 140-165, agosto 2006 ISSN: 1676-2584.

NEOTTI, F. C. **Santo Antônio do Largo da Carioca, 400 anos de História**. Cidade do Vaticano: L'Osservatore Romano. Ano XXXIX, nº. 8 (1992), 23 de

fevereiro de 2008, página 5. Tradução e Impressão Editora Santuário, Aparecida -SP.

NISKIER, A. **Administração Escolar**. Porto Alegre, RS: Tabajara, 1969.

OLIVEIRA, D. E. M. B. **O Ensino Profissionalizante no Brasil**. In: V Jornada do HISTEDBR, 2005, Sorocaba. V Jornada HISTEDBR. Sorocaba: UNISO, 2005, V. 5.

PAIVA, J. M. **Colonização e Catequese**. São Paulo: Cortez, 1982.

PEETERS, F; COOMAN, M. A. **Pequena História da Educação**. 9. ed. São Paulo: Melhoramentos, 1969.

PRADO JÚNIOR, C. **História Econômica do Brasil**. 34. ed. São Paulo: Brasiliense, 1986.

PRUDENTE DE MORAIS. **Wikipédia**. 17 de agosto de 2008. Disponível em: <<http://pt.wikipedia.org/prudentedemorais>>. Acesso em 31 de agosto de 2008.

RIBEIRO, M. L. S. **História da Educação Brasileira: A Organização Escolar**. 18. ed. Campinas: Autores Associados, 2000.

ROMANELLI, O. O., **História da Educação no Brasil (1930-1973)**. 7. ed. Petrópolis: Vozes, 1991.

SÃO PAULO (ESTADO). Lei n°. 88, de 8 de setembro de 1892. MENON, O.N.. **A Educação Escolarizada em Sorocaba entre o Império e a República**. São Paulo: PUC, 2000.

SÃO PAULO (ESTADO). Regulamento da instrução pública, de 27 de novembro de 1893. MENON, O.N.. **A Educação Escolarizada em Sorocaba entre o Império e a República**. São Paulo: PUC, 2000.

SÃO PAULO (ESTADO). Decreto n.º 248, de 26 de novembro de 1894. MENON, O.N.. **A Educação Escolarizada em Sorocaba entre o Império e a República**. São Paulo: PUC, 2000.

SODRÉ, N. W. **Síntese de História da Cultura Brasileira**. 16. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989.

SOUZA, N. (Org.). **Catolicismo em São Paulo - 450 anos de presença da Igreja Católica em São Paulo, 1554 a 2004**. São Paulo: Paulinas. 2004.

UNIVERSIDADE DO BRASIL. **Wikipédia**, 29 de agosto de 2008. Disponível em <<http://pt.wikipedia.org/wiki/ufrj>>. Acesso em 1º de setembro de 2008.

ANEXOS

ANEXO A - Constituições e Leis Constitucionais

1. Constituição Política do Império do Brasil de 25 de março de 1824.
2. Lei de 12 de agosto de 1834 (Ato Adicional).
3. Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil, de 24 de fevereiro de 1891.
4. Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil, 16 de julho de 1934
5. Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil, de 10 de novembro de 1937
6. Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil, de 18 de setembro de 1946.
7. Constituição da República Federativa do Brasil, de 24 de janeiro de 1967.
8. Ato Institucional nº. 5, de 13 de dezembro de 1968.
9. Emenda Constitucional n.º1, de 17 de outubro de 1969.
10. Constituição da República Federativa do Brasil, de 5 de outubro de 1988.

(ROMANELLI 1991, 265-266)

ANEXO B - Declaração Universal dos Direitos Humanos

Artigo XXVI da Declaração Universal dos Direitos Humanos diz:

Todo homem tem direito à instrução. A instrução será gratuita, pelo menos nos graus elementares e fundamentais. A instrução elementar será obrigatória. A instrução técnico-profissional será acessível a todos, bem como a instrução superior, esta baseada no mérito. A instrução será orientada no sentido do pleno desenvolvimento da personalidade humana e do fortalecimento do respeito pelos direitos do homem e pelas liberdades fundamentais. A instrução promoverá a compreensão, a tolerância e a amizade entre todas as nações e grupos raciais ou religiosos e coadjuvará as atividades das Nações Unidas em prol da manutenção da paz. Os pais têm prioridade de direito na escolha do gênero de instrução que será ministrada aos seus filhos.

(CESE, 1978, p.23)

This document was created with Win2PDF available at <http://www.win2pdf.com>.
The unregistered version of Win2PDF is for evaluation or non-commercial use only.
This page will not be added after purchasing Win2PDF.